



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS–ECONOMIA,  
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**REGIONALISMO SUL-AMERICANO  
A TERCEIRA FASE DE INTEGRAÇÃO**

**JACKSON FRANCISCO DE LIMA XAVIER**

Foz do Iguaçu  
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS–ECONOMIA,  
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**REGIONALISMO SUL-AMERICANO  
A TERCEIRA FASE DE INTEGRAÇÃO**

**JACKSON FRANCISCO DE LIMA XAVIER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Luciano Wexell Severo (Doutor)

Foz do Iguaçu  
2018

JACKSON FRANCISCO DE LIMA XAVIER

**REGIONALISMO SUL-AMERICANO  
A TERCEIRA FASE DE INTEGRAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Luciano Wexell Severo  
UNILA

---

Prof. Dr. Marcelino Teixeira Lisboa  
UNILA

---

Prof. Dr. Rodrigo Cantu de Souza  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Jackson Francisco de Lima

Curso: Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento

Tipo de Documento	
(X) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(x) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(x) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: Regionalismo Sul-americano: A terceira fase de Integração.

Nome do orientador(a): Luciano Wexell Severo

Data da Defesa: 14/12/2018

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons Licença 3.0 Unported.

Foz do Iguaçu, 14 de Dezembro de 2018.

---

Assinatura do Responsável

XAVIER, Jackson Francisco de Lima. **Regionalismo Sul-americano: A Terceira Fase de Integração**. 2018. 58p. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciências Econômicas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a fase de regionalismo Sul-americano no século XXI. Por meio de pesquisa bibliográfica sobre o cerne das ideias das teorias das Relações Internacionais (realista), Economia Política (estruturalista), Economia Política Internacional e na Geopolítica (realista), construiu-se uma análise histórica – fundamentada nos trabalhos de Puntigliano (2013 e 2016) e Puntigliano e Briceño-Ruiz (2013) - da busca Latino-americana por Autonomia externa e desenvolvimento capitalista interno, permeada pela construção de uma consciência geográfica que se forma a partir da colonização e se desdobrará em: iniciativas políticas de construção de uma unidade territorial independente no século XIX e de uma identidade regional mais ampla que adiciona o Brasil; em projetos e instituições de integração econômica no século XX; e na terceira fase do regionalismo no XXI que resgata projetos políticos além-economia, mas que se esvaem frente uma conjuntura internacional desfavorável. A partir disso, logrou-se destacar os elementos políticos e econômicos da fase do regionalismo Sul-americanista das primeiras duas décadas do século XXI e sua passagem a uma fase neoliberal, ainda obscurecida por sua atualidade.

**Palavras-chave:** Integração Sul-americana. Economia Latino-americana. Economia Política Internacional. Globalização. Liberalismo.

XAVIER, Jackson Francisco de Lima. **South American Regionalism: The Third Integration Phase**. 2018. 58p. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciências Econômicas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018

### **ABSTRACT**

The objective of this paper is to analyze the phase of South American regionalism in the 21st century. A historical analysis - based on the works of Puntigliano (2013), was constructed through bibliographical research on the core of the ideas of International Relations (realist), Political Economy (structuralist), International Political Economy and Geopolitics (realist) and Puntigliano and Briceño-Ruiz (2018) - of the Latin American quest for external autonomy and internal capitalist development, permeated by the construction of a geographic consciousness that forms from the colonization and will unfold in: political initiatives of construction of a territorial unit independent in the nineteenth century and a broader regional identity that adds Brazil; in projects and institutions of economic integration in the twentieth century; and in the third phase of regionalism in the XXI which rescues political projects beyond the economy, but that vanish in the face of an unfavorable international situation. From this, it was possible to highlight the political and economic elements of the phase of South American regionalism of the first two decades of the twenty-first century and its passage to a neoliberal phase, still obscured by its actuality.

**Keywords:** South American integration. Economy of Latin America. International Political Economy. Globalization. Liberalism.

XAVIER, Jackson Francisco de Lima. **El regionalismo sudamericano: la tercera fase de integración.** 2018. 58p. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciências Econômicas – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018

## RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la fase de regionalismo sudamericano en el siglo XXI. Por medio de una investigación bibliográfica sobre el núcleo de las ideas de las teorías de las Relaciones Internacionales (realista), Economía Política (estructuralista), Economía Política Internacional y en la Geopolítica (realista), se construyó un análisis histórico - fundamentado en los trabajos de Puntigliano (2013) y de la búsqueda latinoamericana por autonomía externa y desarrollo capitalista interno, permeada por la construcción de una conciencia geográfica que se forma a partir de la colonización y se desdoblará en: iniciativas políticas de construcción de una unidad territorial independiente en el siglo XIX y de una identidad regional más amplia que añade Brasil; en proyectos e instituciones de integración económica en el siglo XX; y en la tercera fase del regionalismo en el XXI que rescata proyectos políticos más allá de la economía, pero que se desvanecen frente a una coyuntura internacional desfavorable. A partir de eso, se logró destacar los elementos políticos y económicos de la fase del regionalismo sudamericano de las primeras dos décadas del siglo XXI y su paso a una fase neoliberal, aún oscurecida por su actualidad.

**Palabras clave:** Integración Sudamericana. Economía Latinoamericana. Economía Política Internacional. La globalización. El liberalismo.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (OPCIONAL)**

ACE: Acordo de Complementação Econômica  
ALADI: Associação Latino-Americana de Integração  
ALALC: Associação Latino-Americana de Livre Comércio  
ALBA: Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América  
ALCA: Área de Livre Comércio das Américas  
ALCSA: Área de Livre Comércio Sul-Americana  
CAN: Comunidade Andina de Nações  
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
ESG: Escola Superior de Guerra  
FMI: Fundo Monetário Internacional  
GATT: Acordo Geral do Comércio e Tarifas  
IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana  
ISEB: Instituto Superior De Estudos Brasileiros  
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul  
NAFTA: Tratado de Livre Comércio da América do Norte  
OMC: Organização Mundial do Comércio  
ONU: Organização das Nações Unidas  
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PIB: Produto Interno Bruto  
PICE: Programa de Integração e Cooperação Econômica  
SML: Sistema de Moedas Locais  
TEC: Tarifa Externa Comum  
UNASUL: União de Nações Sul-Americanas  
ZOPACAS: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA LATINO AMERICANO.....</b>	<b>14</b>
2.1 A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO.....	14
2.1.1 Sobre Integração Sul-americana: Autonomia Externa e Desenvolvimento Interno.....	15
2.1.2 Nosso Tempo: Utopias e Instabilidade.....	20
2.1.2.1 <i>Desafios contemporâneos</i> .....	26
2.1.2.2 <i>A força por trás das mudanças e instabilidades</i> .....	28
2.2 AMÉRICA LATINA VS. AMÉRICA DO SUL: O PENSAMENTO E A PRÁTICA INTEGRACIONISTA.....	30
2.2.1. Da América Latina à América do Sul: Caminho para o Sul-americanismo do Século XXI.....	33
2.3 UMA FOTO ESTRUTURAL DO SISTEMA INTERNACIONAL E DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: COMEÇO E FIM DA TERCEIRA FASE DE INTEGRAÇÃO.....	49
2.3.1 Hierarquia Internacional.....	50
2.3.1.1 <i>Coesão econômica dos blocos regionais</i> .....	52
2.3.1.2 <i>Reprimarização econômica</i> .....	54
2.3.2 Os Limites da Terceira Fase de Integração.....	59
2.3.2.1 <i>Interesses regionais fragmentados</i> .....	60
2.3.2.2 <i>Questões contemporâneas</i> .....	63
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO.

O alvo deste estudo é descrever e analisar o processo de regionalismo Sul-americana entre os anos de 2000-2018, dando principal ênfase aos fatores políticos e econômicos do sistema internacional por trás desse período, orientado por uma fase de governos ditos progressistas, os quais entraram em coalizão a partir, mais ou menos, dos anos 2000, mas que por alguma razão esvaíram-se diante de diversas crises nacionais e internacionais de ordem política, socioeconômica, moral, etc. Este ponto crítico do regionalismo Sul-americano é o que pretendemos descrever e analisar para entender as tendências da Integração regional Sul-americana, inserida na dinâmica do capitalismo mundial.

Pressupondo-se que, por se tratar de uma região enquadrada no sistema internacional como periférica, implicando em vulnerabilidade quanto à dinâmica econômica dos países “desenvolvidos”, a América do Sul possui dificuldades em estabelecer políticas econômicas autônomas orientadas à expansão capitalista: desenvolver sua capacidade produtiva interna (dos países), a geração de emprego e renda, consumo, redução da miséria e pobreza (Prebisch, 1949). Motivos estes, suficientes para a busca da integração regional.

A Integração Regional pode ser entendida como possível ferramenta para redução dessa vulnerabilidade internacional (Política e Econômica), como mecanismo potencializador da expansão econômica interna dos países associados em torno de objetivos comuns: autonomia externa e desenvolvimento interno.

Nesse sentido, os governos progressistas mostraram-se entusiastas dessa visão, a de busca pela autonomia e desenvolvimento econômico capitalista regional. Mas, a consolidação prática dessa visão não concretizou-se e passou a perder espaço com a retomada da agenda neoliberal sobre a região.

Iremos nos debruçar sobre esse período do regionalismo Sul-americano para entender seu processo de transformação. Para chegar lá, uma vez entendido o que representa o processo de regionalismo para a América do Sul e o contexto do capitalismo mundial que o envolve no século XXI (subseção 2.1), vamos buscar, na história, o andar desse processo desde a colonização, até este século (subseção 2.2). Então, veremos o surgimento do regionalismo Sul-americano e sua transição, dados seus limites externos, para a retomada da orientação neoliberal e da instabilidade internacional (subseção 2.3).

Em resumo, na subseção 2.1 vamos recorrer a alguns conceitos teóricos que constituem o cerne das ideias das Relações Internacionais e da Geopolítica realistas, da Economia Política estruturalista, da Economia Política Internacional e das teorias do Sistema Mundo. São arcabouços teóricos diferentes, mas complementares no destaque do papel do poder político na própria consolidação do sistema capitalista mundial. Veremos que a expansão capitalista não é meramente a expansão dos “mercados”, mas a expansão de uma aliança entre poder e riqueza, do Estado e suas elites econômicas. E que, no sistema internacional, o processo de integração regional Sul-americano desempenha importante papel na busca dos Estados por autonomia externa e desenvolvimento interno.

Na subseção 2.2, construiremos o caminho histórico do regionalismo Sul-americano desde uma abordagem geopolítica, que reconhece nesse processo o espaço geográfico, político e cultural como partes componentes da regionalização. Veremos que o regionalismo Sul-americano nasce na própria colonização ibérica e se desdobrará em torno da busca regional por autonomia externa e melhoramento das condições materiais da vida humana; essa busca se desenrolará no campo das ideias e da prática política, chegando ao século XX com maior pragmatismo econômico e no século XXI com considerações mais abrangentes sobre outros temas além-economia. Faremos isso baseando-nos em Puntigliano (2013 e 2016) e Puntigliano e Briceño-Ruiz (2013).

Na subseção 2.3, vamos olhar a integração a partir de um estudo quantitativo que visa, a partir da hierarquia interestatal do sistema internacional, mostrar a estrutura do processo de integração latino-americano. Iremos nos referenciar nesse estudo para enxergar os rumos estruturais da integração econômica Sul-americana no século XXI e seus limites, dada a dinâmica internacional contemporânea. Trata-se de um estudo e análise feitos por Wilson Pérez-Oviedo (et al, 2018), o qual trataremos como verdadeiros e condiciáveis.

No geral, os autores que abordam esse tema (regionalismo ou integração Latino-americana), esquematizam esse processo de integração regional latino-americano em três fases. Duas delas no século XX, divididas entre o período do desenvolvimentismo industrial (1930-1990), também chamado Regionalismo Fechado, e o choque liberal da década de 1990 até 2002, também chamado Regionalismo Aberto; de 2002 à 2016 (mais ou menos) é a fase dos governos progressistas, Pós-hegemônicos, Pós-neoliberais ou Sul-americanistas. Mas em nossa análise, não partiremos do século XX, iremos mais atrás. Veremos que o regionalismo do século XXI faz parte de um longo processo de

reivindicação por autonomia externa e melhoria das condições materiais da região. E quando estivermos tratando do século XX e XXI, iremos nos referir à Primeira, Segunda e Terceira Fase do regionalismo.

## 2 AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA LATINO AMERICANO.

### 2.1 A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO.

Daremos sentido ao fenômeno de Integração Econômica Regional ao considerá-lo parte do desenvolvimento do próprio capitalismo mundial ou desenvolvimento de sua complexidade e as necessidades adaptativas impostas por sua expansão e transformação. Nesse sentido, o aumento no grau de complexidade poderia ser traduzido no crescimento da sociabilidade em sentido extensivo (aumento da quantidade de componentes predominantemente sociais como elementos mediadores da vida em sociedade) e/ou intensivo (crescente complexidade dos componentes já existentes), tendência caracterizada como recuo das barreiras naturais (Bonente, 2014).

Sobre as tendências que regulam a dinâmica de funcionamento da sociedade, Lukács (2007, pp. 237-238, em Bonente, 2014) menciona o aumento das forças produtivas do trabalho (ou seja, a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução das condições de vida humana) e a formação do gênero humano, resultado das “ligações quantitativas e qualitativas cada vez mais intensas entre as sociedades singulares originalmente pequenas e autônomas” (Ibidem, p.278).

Assim, o “desenvolvimento”, dentro dos marcos capitalistas, consiste da

[...] operação das leis que emanam da organização própria da economia regida pelo capital em sentido extensivo (i.e., para uma porção mais ampla do globo, submetendo uma quantidade maior de formações sociais e seres humanos) e/ou intensivo (comandando momentos mais amplos da convivência social, como a atividade artística, esportiva, relações afetivas etc). O trânsito desde um estágio mais baixo de desenvolvimento para um estágio mais alto significa, portanto, a predominância mais ampla da lógica capitalista na existência social (e não a passagem do pior ao melhor, como quer que esses estados sejam definidos) (Ibidem, p.278).

Então, o desenvolvimento, ao qual nos referimos neste trabalho, pode ser entendido como a ampliação da atuação sistêmica do capital nas instituições sociais, que passam gradualmente a funcionar dentro da lógica de reprodução do capital.

Bianca Imbiriba Bonente (2014, p.279) indica que, dentro dessa concepção, a análise do desenvolvimento fundamenta-se em “(1) ter consciência da processualidade que caracteriza esse sistema, (2) apreender as leis gerais de movimento da sociedade em geral e em forma especificamente capitalista e (3) conhecer as

condições concretas de manifestação de tais leis”.

Destarte, independentemente dos efeitos negativos ou positivos das leis gerais condicionadas pela materialidade, “o que importa para a análise do desenvolvimento capitalista é saber se, na passagem de um período a outro, o funcionamento do capitalismo tornou-se mais ou menos adequado à lógica interna do capital” (Ibidem, p.279).

### 2.1.1 Sobre Integração Sul-americana: Autonomia Externa e Desenvolvimento Interno.

O processo de desenvolvimento capitalista periférico está sujeito à dinâmica do capitalismo mundial, pautado pela própria dinâmica interna da economia e política dos países centrais; o que resulta em conjunturas mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento econômico dos países periféricos e seus projetos políticos nacionais. Por isso, revela-se importante entendermos o que representa o regionalismo no século XXI, especialmente numa região periférica como a América do Sul, com sua dinâmica econômica e social fortemente estrangida pelos países centrais no sistema capitalista mundial, o que contribui para a vulnerabilidade nacional diante dos choques e intervenções, externos. Organizaremos nesta subseção, portanto, alguns elementos importantes para se pensar a integração regional da América do Sul como uma possível saída ou redução dessa vulnerabilidade; ou falta de autonomia externa e consequente limitação do desenvolvimento interno.

Para esse fim, fundamentaremos a importância da integração regional nalgumas considerações teóricas da Economia Política Internacional realista (Pecequillo, 2012, p.29), da geopolítica e da Economia Política estruturalista – mas não restritamente – sobre o Sistema Capitalista Internacional e a Integração Regional. Estas considerações estão esquematizadas abaixo e evidenciam a necessidade estratégica de aprofundamento da integração regional.

Começaremos pelo Sistema Internacional e a relação interestatal que o compõe. Os Estados Nacionais são responsáveis pela estabilidade doméstica e segurança externa no exercício do monopólio da força; o sistema internacional é anárquico (Carr, 2001, p.233), de onde deriva o “Dilema da Segurança”; o interesse nacional superior às liberdades individuais é a sobrevivência do Estado; o poder Estatal é relativo ao de outros Estados e cada Estado busca influenciar mais que ser influenciado,

existindo a possibilidade de união ou oposição de interesses; em primeira instância, cada Estado conta consigo mesmo na sua autopreservação (Nogueira e Messari, 2005, p.23-32). Ademais, o sistema econômico internacional é complexo, instável, competitivo, concentrador, assimétrico, expansivo e hierárquico (Centro, Periferia, Semiperiferia) (Fiori, 2007). No entanto, existe a possibilidade de mobilidade nessa hierarquia, devido às oscilações no equilíbrio de forças do sistema capitalista mundial (Arrighi, 1994; Kennedy, 2006).

Visto isso, consideraremos que, pautadas pelo centro mundial, as demais economias nacionais se hierarquizam segundo suas respectivas estratégias políticas/econômicas em: a) economias nacionais que se desenvolvem de maneira privilegiada a “convite” do centro mundial; b) países que seguem estratégias de ascensão para alcançar as economias centrais, mesmo que sujeitas a bloqueios; e, majoritariamente, c) países periféricos, fornecedores de commodities e manufaturas de baixo valor agregado às economias acima na hierarquia,

“[...] que podem ter fortes ciclos de crescimento e alcançar altos níveis de renda *per capita*, como no caso dos países nórdicos e da Argentina. E podem se industrializar, como no caso do Brasil e do México, e seguir sendo economias periféricas”, mas, apesar destas características, “[...] existe a possibilidade seletiva de mobilidade nacional nesse sistema, dependendo da estratégia política e econômica de cada país” (Fiori, 2010, p.144-145).

Por isso, as chances de um país periférico “mover-se” no sistema, por meio de uma política econômica estratégica de desenvolvimento, está condicionada à a) sua viabilidade nacional, b) permissividade internacional (Jaguaribe, 2008) e c) “Vontade Estratégica” (Fiori, 2011). A viabilidade nacional baseia-se nas condições materiais e simbólicas, que dizem respeito, por um lado, às dimensões do território, da população, do poder bélico, das riquezas naturais, etc e, por outro lado, ao nível de coesão social, ideológica e cultural. Em relação à “permissividade”, existem períodos conjunturais que criam oportunidades de mobilidade. E por último, é necessária vontade política estratégica nacional de mudança – por exemplo superar o subdesenvolvimento. A passividade ou opacidade política/nacional inviabiliza a possibilidade periférica de mobilidade (Costa, 2002; Guimarães, 2003).

Esse caminho, na geopolítica realista, é considerado como a necessidade de consolidação do “poder” Estatal via expansão geográfica, maneira de reafirmar sua soberania e autonomia. Autonomia referida como a capacidade Estatal de tomar decisões

sem considerar os interesses estratégicos globais de um poder externo dominante. A partir disso, André Rivarola Puntigliano (2016) relaciona geopolítica, desenvolvimento e integração regional ao interpretar as tendências contemporâneas do sistema mundial. Puntigliano resgata que, no mundo multipolar do Pós-2º-Guerra, regionalização ou formação de blocos, constitui-se em estratégia para o desenvolvimento capitalista em meio à competição de grandes potências econômicas; de grande porte geográfico.

*[...] Henry Kissinger, who speaks of a ‘multipolar order’ led by ‘continental structures’, referring to ‘America, China, and maybe India, Brazil and Europe, if it manages to handle its transition towards a regional unit’ (Kissinger, 2014, p. 94). Kissinger is not, however, saying much new regarding this point. What he actually does is return to Ratzel and Kjellén’s perspective by arguing that even economically advanced states, such as those of Western Europe, have little chance of occupying an influential position in the world system without unification (large size). That is also true, vice versa, for countries that possess a continental dimension but lack an advanced economy, such as India, Brazil and Russia. Hence, from a geopolitical point of view, integration, or what Kjellén saw as the formation of state-blocks, can be regarded as a way to compensate for economic and other limitations ( Rivarola Puntigliano, 2016, p.6).*

Nessa óptica, os processos de Integração regional contemporâneos representam estratégias de Estados de escopo continental que ambicionam, a partir do século XX, o controle de espaços continentais, pois esta seria a “espinha dorsal” da ordem global emergente. O Estado continental seria o tipo ideal de tamanho geopolítico para aquelas nações que pretendiam ocupar uma posição dominante no sistema global como estratégia de desenvolvimento capitalista nacional. Assim, interpreta-se o Brasil, junto a outros países<sup>1</sup>, como um Estado liderando um processo de integração Sul-americana, por meio de projetos como MERCOSUL e UNASUL; blocos de Estados em formação para compensar suas respectivas limitações econômicas internas.

Em síntese, na dinâmica de expansão capitalista – assim como Fiori (2010) fez ao enfatizar o “poder” como propulsor na expansão do sistema capitalista mundial, em detrimento da “mão invisível” do mercado –, a dimensão territorial de influência política/econômica de um Estado tornou-se parte estratégia na busca por poder, permeando o processo de globalização capitalista e tecnológica.

*[...] something that is not only important for states but also for agents of capital, such as firms (Krugman, 2009). Although individuals or corporations might own land and economic assets, states still control territory; if not directly (as those of*

<sup>1</sup> A Rússia lidera a União Aduaneira da Eurásia e na Europa Ocidental está a União Européia (liderada principalmente pela Alemanha). Os Estados Unidos da América não foge à regra: ALCA, o NAFTA e diversos acordos bilaterais. China: Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico; Organização de Cooperação de Xangai.



*the periphery) then indirectly by the action of stronger states. Development and economic policies do not take place in an empty space. There are hierarchies and power structures in the international system that can be seen in the form of core and periphery, with strong states intending to expand their control beyond their borders and weaker ones trying to gain sufficient autonomy to formulate their own development policies (Rivarola Puntigliano, 2016, p.12).*

A partir dessas considerações, adiciona-se às possíveis estratégias de países periféricos a Cooperação e Integração Regional como potencializadores do desenvolvimento capitalista nacional das unidades integradas e de consequente posição mais autônoma internacionalmente (Padula, 2010). Severo (2015) resgata em Manuel Puig (1986), Hélio Jaguaribe (1975) e Leonardo Granato (2014) o conceito “binômio Desenvolvimento/Autonomia”,

[...] que reflete o casamento entre a política interna de promoção do desenvolvimento nacional e regional e a política externa ativa e soberana, no âmbito da integração [...] Portanto, cada Estado da região pode identificar na integração um instrumento de realização de seu interesse nacional [...] (Severo, 2015, p.17).

A possível virtuosidade dessa estratégia reside em tornar a Integração regional flexível e progressiva, via políticas comerciais estratégicas articuladas à indústria e inovação tecnológica, aplicando-se regras flexíveis e compensatórias às assimetrias dos países associados em bloco regional (Prebisch, 1982, p.343; Medeiros, 2010; Padula, 2010, pp.78-79), de maneira a contribuir ao desenvolvimento/autonomia de todos os sócios gradativamente (Paradiso, 2009; Padula, 2013, p.32). Nesse sentido,

[...] Os objetivos da integração seriam o desenvolvimento econômico e social; a redução da vulnerabilidade externa e da dependência (econômica – comercial, financeira e tecnológica –; política, militar e cultural); e a obtenção de maior autonomia e projeção dentro do Sistema. Assim, a integração responderia a uma decisão e uma ação política dos Estados nacionais, que deveriam estar cada vez mais baseadas no resgate e na afirmação de uma identidade própria e em um crescente processo de participação política (Severo, 2015, p.52).

E para seguir adiante, esse regionalismo periférico, como estratégia de desenvolvimento interno e autonomia externa, necessita de uma ou mais economias que sejam condutoras do processo por meio de suas condições materiais/simbólicas possivelmente mais poderosas (Bandeira, 2008, p.10; Ciminari, 2009, p.131-138; Costa, 2009, p.498; Fiori, 2011, p.26; Padula, 2013, p.31). Ou seja, um (ou mais Estados) que lidere o desenvolvimento econômico, político e cultural dos sócios menos favorecidos, gerando benefícios mútuos (Medeiros, 2010, p.95) e arcando com a maior parte dos

custos do projeto integrador (Malamud, 2013, p.238).

Portanto, na lógica estruturalista, deve-se formar uma divisão produtiva regional, com fluxos comerciais em cadeias produtivas e de produtos manufaturados, onde as economias com indústrias mais desenvolvidas aprofundam sua especialização em bens de capital, ao mesmo tempo que favorecem as exportações de produtos manufaturados das economias menos desenvolvidas (Prebisch, 1982, p.476). Para tal, o líder deve “crescer”, ao mesmo tempo que financia o desenvolvimento dos sócios via comércio, empréstimos e aplicações diretas de recursos (Medeiros, 2010, p.223-224); como o caso dos “Gansos Voadores”, na Ásia.

Entendido o papel do líder, podemos dizer que, na América do Sul, o Brasil é, no século XXI, o país Sul-americano mais desenvolvido economicamente e que possui maior influência econômica sobre a região, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China (Pérez-Oviedo et al, 2018). Essa influência regional do Brasil é tributária de um longo processo de desenvolvimento econômico nacional e projeção externa estratégica sobre a América do Sul no século XX e primeiras décadas do século XXI (Puntigliano, 2013). O Brasil também é protagonista dos Blocos econômicos regionais mais coesos e ambiciosos – comparado aos demais blocos regionais – da América do Sul: MERCOSUL e UNASUL (Pérez-Oviedo et al, 2018), mesmo que limitados na prática. Este país desempenha, portanto, um importante papel de liderança regional, estando a América do Sul fortemente relacionada ao seu próprio desenvolvimento nacional; veremos isso mais detalhadamente nas próximas subseções.

Apontados estes elementos importantes para se pensar a integração regional da América do Sul, o “desenvolvimento” (neste século, assim como no passado) deve ser considerado um assunto interno e o regionalismo uma estratégia de ampliação da capacidade de desenvolvimento interno. Não há possibilidade de mobilidade no sistema capitalista contemporâneo sem uma “economia dinâmica e um projeto político-econômico expansivo. E fica cada vez mais difícil que algum capital individual ou bloco de capitais nacionais, públicos ou privados, se expanda para fora de suas fronteiras nacionais sem contar com o apoio ativo dos seus Estados”; inerente a projetos Estatais “extraterritoriais” (Fiori, 2010, p.144).

Destarte, podemos pensar, para o Brasil e América do Sul, um projeto de inserção internacional como satélite permanente dos países centrais em constante movimento na busca por poder. Ou um projeto no qual, pela união dos “mais fracos”, some-se poder geopolítico para atuação mais autônoma na esfera nacional, intra e

extrarregional. Devido à posição hierárquica periférica do Brasil e seus vizinhos e suas necessidades socioeconômicas urgentes, a cooperação e integração regional aparecem como estratégia de fortalecimento nacional/regional, capaz de ampliar a mobilidade internacional ao possibilitar maior autonomia na busca pelo desenvolvimento econômico, político e cultural.

Então, para encerrar esta seção, enfatizaremos que

qualquer discussão sobre o futuro do atual sistema mundial e sobre as perspectivas dos seus estados ou “potências emergentes” deve partir de quatro convicções preliminares: i) no “universo em expansão”, liderado pelos estados e economias nacionais dominantes, não há possibilidade lógica de uma “paz perpétua”, nem tampouco de mercados equilibrados e estáveis; ii) não existe a possibilidade de que as Grandes Potências possam praticar, de forma permanente, uma política só voltada para a preservação do *status quo*, isto é, elas serão sempre expansionistas, mesmo quando já tenham conquistado e se mantenham no topo das hierarquias de poder e riqueza do sistema mundial; iii) por isto, o líder ou *hegemon*, é sempre desestabilizador da sua própria situação hegemônica porque “quem não sobe, permanentemente, cai”, dentro deste sistema mundial; e, finalmente, iv) não existe a menor possibilidade de que a liderança da expansão econômica do capitalismo, saia – alguma vez – das mãos dos “estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores (Fiori, 2007, pp.79-83).

### 2.1.2 Nosso Tempo: Utopias e Instabilidade.

Essa posição que assumimos na seção anterior, da necessidade estratégica dos Estados periféricos moverem-se e buscarem maior autonomia e desenvolvimento por meio da integração regional – assim como as premissas da última citação –, vai na contramão da ortodoxia intelectual do Pós-Guerra Fria. Pois, para estes, nada mais precisaria ser feito para que o “progresso” chagasse a todos os rincões do planeta, a não ser esperar passivamente pela bonança e prosperidade, já que o “fim da história”(1990) chegara; o capitalismo se expandiria livremente aos povos de toda a terra, satisfazendo as preferências individuais e subjetivas de todos os “agentes econômicos”. Mas parece que não foi bem assim.

Podemos dizer isso ao ponderarmos – dentro do arcabouço das Teorias do Sistema Mundo – a ideia de que a utopia, ou a esperança de uma Belle époque (Amin, 2011), é importante pelo fato de ser o horizonte que direciona e justifica as ações humanas (mesmo que distantes das possibilidades concretas): chegar a um estado de prosperidade contínua, com paz e harmonia; o estado estacionário do crescimento (economia liberal) e a sociedade comunista (de Marx) são exemplos de utopias –

perspectivas que depois da primeira Revolução Industrial se aproximaram mais da realidade devido à capacidade humana expandida de produzir riquezas<sup>2</sup> (Shankar Jha, 2006).

Nessa lógica, o século XX fortaleceu a busca utópica por paz e prosperidade perpétuos, pregados, hegemonicamente, na transição para o século XXI<sup>3</sup>. O século XX caracteriza-se pelo desenvolvimento (pelo ser humano!) de técnicas de destruir vidas humanas em escalas nunca antes vistas. Essa potencialidade se deu com o avanço da tecnologia de produção em massa, voltada para a produção de guerra e a aplicação dessa técnica para tirar vidas. Disso, surge a utopia de um futuro pacífico.

No entanto, podemos nos perguntar: o século XXI será melhor que os “cem anos de barbárie” do século XX? A resposta parece ser negativa. O século XXI está marcado por conflitos noutra escala, em grande parte, patrocinados pela intervenção internacional – justificada pela luta contra o terror em nome da liberdade democrática ocidental – em países fracos.

Apesar dessas evidências negativas, fortaleceu-se a ideia (positiva) utópica de que são problemas transitórios e que o futuro será muito melhor. Esta crença foi e é alimentada, principalmente, pelos governos e pensadores dos países industrializados e centrais no sistema capitalista mundial, acompanhada pela atuação internacional de diversas corporações multinacionais importantes para a economia desses países no resto do mundo (Shankar Jha, 2006, p.3).

A base concreta dessa ideologia são o desenvolvimento revolucionário das tecnologias e o aparente fim do conflito de ideias da Guerra Fria; capitalismo vs. comunismo. O avanço tecnológico aconteceu principalmente nas tecnologias da informação e biotecnológicas; movimentos que ampliaram a capacidade humana de controle sobre o ambiente físico e a noção de globalização do espaço e do poder. No entanto, essas ideias são contrastadas pelo crescimento da desigualdade de renda dentro dos países – inclusive nos industrializados/desenvolvidos –, desigualdade crescente entre países; estando poucos países em vias reais de desenvolvimento aos padrões do mundo “civilizado”. Condições que têm conduzido ao reaparecimento de desemprego permanente nos países industrializados e de uma classe de “novos pobres”, o que põe em risco a ideia consensual de se ter construído sociedades capitalistas humanizadas e igualitárias na década de 1990.

---

2. O regionalismo não deixa de ser uma utopia.

3. Era a ansia humana por paz após um longo século de destruição.

Não obstante, para a ortodoxia da economia liberal, esses seriam apenas problemas transitórios a serem superados pela receita Clássica. Estes concebem o sistema econômico como uma estrutura que se autorregula quando não impedida pela política. Portanto, não seria necessária a intervenção humana por meio da estrutura Estatal, esta apenas deveria agir para remover obstáculos à eficiência do mercado e corrigir suas falhas ocasionais (Ibidem, p.4).

Ainda no campo das ideias, Montesquieu, Samuel Huntington, Karl Polanyi, Francis Fukuyama, entre outros, são alguns dos autores que atribuíram a correlação positiva entre a) mercado mundial de mercadorias do século XIX, b) as ondas de democratização entre os séculos XIX-XX, c) o fim de antagonismo ideológico (com a prevalência da democracia liberal sobre o comunismo) e a paz militar e prosperidade (inevitáveis) (Ibidem).

O pensamento predominante, desde a década de 1990, teve grande influência das ideias de Fukuyama e Huntington; foram alguns elementos teóricos que deram forças do pensamento liberal da década de 1990. As premissas básicas são

*[...] that democracies will never wage war on one another. The second is that as more and more countries become democratic, the areas of the world prone to conflict will diminish; and the third is that economic development automatically leads countries towards democracy. The final premise is that open market (i.e., capitalist) economies are the only ones likely to progressively raise their standards of living (Shankar Jha, 2006, p.9).*

Dessa forma, esperava-se religiosamente que as políticas econômicas de abertura dos mercados promovesse o crescimento, a democracia e paz automáticos. Esse pensamento prevaleceu. Mas, uma pesquisa importante, de Edward Mansfield e Jack Snyder, constatou, segundo dados estatísticos das guerras entre 1811-1980, que

*[...] democratisation tended to release powerful forces of nationalism and these increased the chances of conflict. The Napoleonic wars, the Franco-German war and the First World War itself could be traced to the rise of nationalist sentiment following democratisation in France and Germany. The same, or at least similar, forces could be released by democratisation today (Shankar Jha, 2006, p.9).*

Essa visão contra hegemônica considera que, apesar de democracias estáveis não terem ido à guerra umas contra as outras “diretamente”, nenhuma delas possuem regimes plenamente estáveis. Além do mais, países democráticos foram mais propensos a irem à guerra em uma década de sua transição, do que aqueles que não fizeram tal mudança. Ao dar liberdade ao poder executivo, dobram-se as chaces de

guerras (90%) em comparação a poderes executivos mais fracos (35% de chances de irem a guerra). E, quanto mais longa a transição autocrática para democrática, maior a chance de guerra (Ibidem, p.9)

Portando, como vinhamos vendo, o fim da Guerra Fria, com o triunfo do capitalismo liberal sobre o comunismo, não conduziu a uma redução (intrínseca) de guerras e conflitos pelo mundo como se idealizava – é “aparentemente” o oposto.

*Early in 1993, the New York Times published a list of countries in the throes of violent conflict. They numbered 48, and that was just a partial count! Three years later, by another count the number had risen to more than a hundred (Shankar Jha, 2006, p.10)*

Um dos indicadores do aumento dos conflitos é o número de missões da Organização das Nações Unidas entre 1990-1992: foram catorze (14). Este é aproximadamente o mesmo número de missões na transição para este século (XX-XXI).

Isso não é de se estranhar se olhamos más atrás na história, pois

*Desde 1900, se contarmos cuidadosamente, o mundo assistiu a 237 novas guerras – civis e internacionais – que mataram pelo menos mil pessoas por ano [...] O sangrento século XIX contou apenas 205 guerras e 8 milhões de mortos. De 1480 a 1800, a cada dois ou três anos iniciou-se em algum lugar um novo conflito internacional expressivo; de 1800 a 1944, a cada um ou dois anos; a partir da Segunda Guerra Mundial, mais ou menos, a cada quatorze meses. A era nuclear não diminuiu a tendência dos séculos antigos a guerras mais freqüentes e mais mortíferas [...] Os números são apenas aproximados, mas determinam o intenso envolvimento na guerra, século após século, dos Estados europeus [...] Durante todo o milênio, a guerra foi a atividade dominante dos Estados europeus” (Tilly, 1996, p.123 e p.131).*

Diante disso, o mainstream da economia liberal busca responder a esse problema com a ideia de que os conflitos internacionais persistem – no Pós-Guerra Fria – por conta da retaguarda da humanidade que não acompanha a vanguarda do mundo (o Ocidente). Estas retaguardas representariam uma ameaça para os valores ocidentais, o que justificaria intervenções da vanguarda nesses países ou regiões que representam o atraso (Turquia, Iraque, Iran, Afeganistão, Sul asiático e África) (Shankar Jha, 2006, p.11).

Samuel Huntington, em seu artigo “The Clash of Civilisations” contrapôs-se ao mainstream acadêmico do Pós-Guerra Fria ao contrastar a ideia de homogeneização internacional do efeito globalizador. Os pontos de destaque de seu artigo são as seguintes evidências: 1) a presença de multinacionais (McDonald, Avis, Hertz, Coca-Cola, Pepsi Cola, etc) em todos os países não significa ocidentalização; 2) as identidades culturais de

civilização, que são heterogêneas, não desaparecerão facilmente, apenas se reforçam ao serem agredidas; 3) os Estados Nacionais não estão desaparecendo, mas sim se reafirmando à medida que sua identidade de civilização é agredida ou ameaçada; 4) os Estados reacionários não são transitórios, mas são permanentes contra a homogeneização cultural, imbuídos de visões alternativas de humanidade que não são simplesmente abandonadas; 5) os conflitos étnicos interestatais, também mostram-se não ser fenômenos transitórios, borrados pela supressão ou acomodação diante da força homogenizadora da modernização; 6) as guerras e conflitos intraestatais não necessariamente reduzirão em frequência ou duração ao longo do tempo, ou amenizar-se-ão com maior controle do sistema internacional – não há nada que garanta tal previsibilidade.

*On the contrary, given a sufficient degree of pressure from western civilisation on others, what started out as a local conflict could snowball into a larger one between groups of culturally similar states (Ibidem, p.13).*

Corroborando às ideias críticas, Eric Hobsbawn (2006) mostra que, desde 1914 até 2007, o mundo não esteve em paz. Isso, em base a constante intervenção militar dos Estados Unidos da América no exterior desde a Guerra Fria, assim como, por outros conflitos militares na Europa, Ásia e África.

As guerras podem ser separadas em períodos marcantes, divididos em três: a era da guerra mundial (1914-45), a era da confrontação entre Estados Unidos da América e URSS (1945-89) e a era posterior ao fim do sistema clássico de poder internacional, rompida principalmente pelas intervenções diretas dos Estados Unidos da América noutros países. Nesta fase,

[...] encontramos num mundo em que as operações armadas já não estão essencialmente nas mãos dos governos ou dos seus agentes autorizados, e as partes disputantes não têm características, status e objetivos em comum, exceto quanto à vontade de utilizar a violência (Hobsbawn, 2006, p.23).

Desde 1960, as guerras de escala internacional se reduziram, ao passo que os conflitos dentro dos Estados ampliaram-se até a década de 1990. Além disso, os efeitos da guerra foram transmitidos, fortemente, à população civil, não recaindo apenas sobre os exércitos. Esse é um efeito capaz de descolar, geograficamente, importantes massas populacionais afetadas pelos conflitos.

Outra característica é a opacidade das guerras modernas. A diferenciação entre guerra internacional e civil tornou-se difusa. Isso por conta de guerras e revoluções e desmembramento de impérios. Depois da revolução russa, a intervenção de uns Estados nos assuntos internos doutros tornou-se comum; e, falando na URSS, no século XX, a diferenciação entre paz e guerra obscureceu-se: a “Guerra Fria” ilustra bem essa noção, assim como o atual “estado de coisas no Oriente Médio”.

Ademais, na contramão do que era proferido como caminho inevitável com vitória do Pós-Guerra Fria, na transição para o século XXI, ainda não há “uma” autoridade global efetiva “capaz de controlar ou resolver disputas armadas” (Ibidem, 2006). Apesar da forte influência global dos Estados Unidos da América, este não é soberano e provavelmente não o será nesse cenário de multipolaridade contemporânea. A Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e tribunais internacionais são algumas instituições que influenciam os Estados nacionais, conforme estes o permitam ou conforme grandes nações que arbitram sobre suas decisões; mas não há um poder único e efetivo. Apesar disso, a união entre países poderosos em assuntos comuns é capaz de influenciar e tornar efetiva as decisões dos tribunais internacionais; o que é bom para combater alguns crimes de guerra de pequenos Estados, mas está longe de constituir o direito internacional universal.

Diante dessas tendências, nossa ideia não é levar à exaustão ou recontar a história do século passado. O propósito é indicar que as primeiras décadas deste século (XXI) são resultados da transição de um passado crítico de expansão do sistema capitalista a nível mundial, que traz consigo incertezas sobre um futuro próximo com estabilidade, paz e prosperidade. Esse prognóstico – de “paz remota” para o século XXI – é resultado de uma tendência de inversão dos conflitos. O século passado esteve marcado por grandes conflitos entre Estados, o atual está marcado pelo acirramento de conflitos internos, especialmente em Estados de soberania insustentável e apoiados na intervenção militar (externa e interna) para preservação da coesão social.

#### *2.1.2.1 Desafios contemporâneos.*

Desde a segunda metade do século XX, a forma tradicional como vivemos em sociedade vem mudando rapidamente. “Basta pensar na velocidade da revolução das comunicações, que virtualmente aboliu o tempo e a distância. Em 2004, a



internet mal completou dez anos” (Hobsbawn,2006, p.37). Algumas mudanças sociais, recentes, são consideradas fundamentais para se interpretar a transição para o século XXI: a) redução de populações rurais; b) aumento da população urbana em grandes conglomerados urbanos; c) fundamentação escrita e universal da comunicação em detrimento da oral; d) novo papel das mulheres nas sociedades capitalistas.

Diante dessas mudanças significativas, afirma-se que:

Dentro de poucas décadas, teremos deixado de ser o que a humanidade sempre foi desde seu surgimento – uma espécie cujos membros se dedicam sobretudo à coleta, à caça e à produção de alimentos. Deixaremos também de ser uma espécie essencialmente rural. Em 1900, apenas 16% da população mundial vivia em cidades. Em 1950, esse número já havia crescido para quase 26%, e hoje ele está próximo da metade (48 %) (Hobsbawn,2006, p.37).

Outra mudança importante diz respeito à aceitação social de ampla atuação do Estado, que no século XXI parece diluir-se com a globalização de ordem liberal. Durante o século XX, uma tendência geral (especialmente aplicável aos países da Europa Ocidental) foi a de consolidação de Estados soberanos cada vez mais fundamentados na aceitação dos cidadãos (não de súditos); com poder de coerção dentro de suas fronteiras. Até 1970 o Estado de Bem-Estar nos países centrais era viabilizado e aceito socialmente pela arrecadação tributária; nesse contexto as pessoas desses países estavam dispostas a matar ou morrer por suas “nações”. O que, segundo Hobsbawn mudou significativamente,

Temos uma economia mundial em rápida globalização, baseada em empresas privadas transnacionais que se esforçam ao máximo para viver fora do alcance das leis e dos impostos do Estado, o que limita fortemente a capacidade dos governos, mesmo os mais poderosos, de controlar as economias nacionais (Hobsbawn,2006, p.41).

Com essa tendência liberal – acompanhada de privatização de diversas atividades públicas – que se aprofundou cada vez mais na década de 1990, e com difusão de armas de guerra pelo mundo, a força já não é monopólio estrito do Estado. Ademais, ocorre uma deterioração da submissão ou fidelidade dos súditos ou cidadãos ao Estado nacional ou à autoridade estrangeira, intermediadora entre rebeldes e Estado. Essa foi uma característica (a fidelidade) que sustentou as guerras do século XX e as intervenções estrangeiras; hoje essa sustentação é posta em dúvida (Ibidem, p.42-43).

Além desses efeitos, a globalização, impulsionada pelos centros

industrializados, força uma tentativa de homogeneização institucional do mundo, o que tem gerado conflitos. Junto da globalização, vem o crescimento econômico desequilibrado e assimétrico, e o esforço na formação de instituições padronizadas para a reprodução de um modelo de desenvolvimento econômico ideal ou para a padronização do consumo para a formação de mercados, mesmo quando se trata de aspectos não padronizáveis como a política e aspectos culturais próprios de cada sociedade (que por si só é heterogênea internamente). Essa dinâmica da globalização capitalista gera instabilidades no poder/ordem do sistema internacional, com fluxos de capital cada vez mais intensos; que por sua vez, parece ter seu centro dinâmico migrando para a Ásia (Hobsbawn,2006, p.44)<sup>4</sup>.

Por fim, nas palavras de Fiori (2007, pp.89-90),

[...] parece impossível de sustentar um império global sem colônias, só com bases militares, e os Estados Unidos não têm disposição nacional de arcar com os custos de um sistema colonial; em segundo lugar, uma vez mais, o sucesso da estratégia “asiática” dos Estados Unidos, dos anos 1970, já gerou uma nova realidade que lhes escapa ao controle e, hoje, os Estados Unidos não têm mais como frear a expansão econômica da China, nem teriam mais como conceber um império mundial que não contasse pelo menos com uma parceira chinesa. [...] o atolamento militar americano no Oriente Médio e a velocidade gigantesca do expansionismo econômico chinês estão provocando, em conjunto, uma rápida fragmentação do sistema mundial e a volta da luta pelas supremacias regionais. [...] não existe, neste momento, mais nenhum projeto “ético” ou ideologia capaz de mobilizar a opinião pública mundial, legitimar as intervenções americanas ou agregar as principais potências. A utopia da globalização se converteu num lugar-comum e perdeu sua capacidade de convencimento, a social-democracia padece de anemia profunda e o nacionalismo está reaparecendo por todos os lados. Não existe, dentro dos Estados Unidos, neste momento, nenhuma alternativa política, suficientemente poderosa, com um projeto claro de mudança da sua atual estratégia internacional. Enquanto isso, estamos assistindo a um retorno do sistema mundial à “geopolítica das nações” e à competição mercantilista entre as suas economias nacionais, com repercussões em todos os cantos do mundo.

Resumidamente, o que tratamos de evidenciar<sup>5</sup> nessa subseção é o contraste entre o discurso libertador do mundo unipolar do pós-guerra fria e a realidade concreta, que contradiz as premissas pacificadoras da liberdade dos mercados no sistema global e reafirma a disputa entre Estados por poder e riqueza. Esses elementos nos servirão de pano de fundo para entender o processo de regionalismo Sul-americano no século XXI e sua importância estratégica (vista acima), frente um cenário mundial instável. Lembrando-se que quem não se move no sistema, cai. Por isso, adiantamos que

---

4. Esse, porém, não é um movimento dinâmico sem conflitos entre nações. Os Estados Unidos da América têm, em 2018, desatado diversos mecanismos de taxação e restrições aos produtos chineses na tentativa de proteger-se comercialmente e frear esse deslocamento do capital para a China, constituindo-se uma verdadeira guerra (comercial).

5. Assim como Samir Amin (2011) e Erick Hobsbawn (2006).

a melhor alternativa para a América do Sul são será a passividade política.

### 2.1.2.2 A força por trás das mudanças e instabilidades.

Mas então, qual é a base concreta desses conflitos e instabilidade que variam de proporção de tempos em tempos, ora trazendo esperança ora desesperança de tempos melhores? Consideraremos que o conflito entre as esferas de capitalismo global e nacional é a fonte da desordem (Shankar Jha, 2006, p.18-19), o que Hobsbawn (2006) chamou de décadas de crise. A recorrência regular de crises está presente no princípio de cada ciclo de expansão do capitalismo, o que conduziu Giovanni Arrighi a chamar esse conflito de “caos sistemático”.

Este caos surge quando um sistema político, ou econômico, inesperadamente perde sua capacidade de gerar respostas equilibradoras. Isso acontece quando os conflitos (de diversas ordens) atingem um nível além da capacidade social de criar tendências contrabalanceadoras ou de se adaptar ao desenvolver novas normas comportamentais e estabelecer novas leis no lugar das antigas. Em ambos os casos, o caos tem sido acompanhado por perda de funcionalidade institucional, confusão, ódio e prolongados períodos de violência. Em cada ciclo que se seguiu, as contradições entre o novo e o velho se tornaram mais evidentes e intensas. Com o crescimento expansivo do capitalismo, sociedades por todo o globo estão ligadas por vínculos de interdependência, o que ampliou a vulnerabilidade a processos não muito bem compreendidos e incontroláveis. Nesse sentido, a violência mostra-se como sintoma e produto da perda de controle.

Dentro dessa linha de pensamento, o ciclos de expansão bem conhecidos foram quatro, sendo o século XXI parte dum quinto ciclo ainda muito novo; portanto muito instável. O primeiro ciclo de expansão ocorreu no norte da Itália no século XIII. Veneza, Florença e Milão experimentaram o capitalismo industrial e Genova o financeiro, no entanto a escala de produção era pequena e contida às cidades-estado. No segundo ciclo, a expansão capitalista esteve contida na esfera cidade-estado, porém manteve como polo dinâmico Amsterdam. Mas, a transição para o terceiro ciclo foi além cidades-estado

*[...] it was too large to be contained within even a hybrid, nation-backed city state like Amsterdam, and needed to mould economic, technical and political relations in*

*an entire nation state to turn it into its container. That 'container' proved to be England. But by the end of the nineteenth century, capitalism was outgrowing even the small nation state (which is what England really was) and required a large nation state as its container. The USA filled that need. Today, capitalism has outgrown the nation state altogether and is turning a large part of the globe into its container. That is the process that the world refers to as globalisation (Shankar Jha, 2006 p.17).*

O conceito de “container” do capitalismo – desenvolvido por Braudel – refere-se a uma unidade social, econômica e política que é grande o bastante para organizar e conter as funções de produção, mercado e financeira (forças inter-relacionadas) do capitalismo. Embora os elos que definem essa unidade sejam de ordem econômica, a necessidade de preservação operacional dessa unidade transborda para as esferas política e militar.

*Technology is the engine behind the relentless growth of capitalism's container over the past seven centuries, for each new development in technology enlarges the minimum economic scale of production. This means that the minimum size of an efficient self-sustaining network of economic relations, i.e., of an efficient 'economy', has also grown in each cycle of capitalism's expansion, till it has, in the past quarter of a century, outgrown the political confines of even a very large nation state like the US (Ibidem, p.16-17).*

Nessa dinâmica expansiva da escala de produção, os conflitos emergem. Assim, podemos interpretar que os atuais conflitos do século XXI, de certa forma generalizados para outras instituições não econômicas, se dão em torno da necessidade de mudanças institucionais e de atuação do Estado, devido às barreiras que este gera ao processo de expansão ou globalização do sistema financeiro, produtivo e comercial em expansão.

A tarefa de derrubar velhas instituições políticas e econômicas para a construção de novas recaiu nos ciclos anteriores sobre ombros do poder internacional hegemônico. No primeiro ciclo de crescimento do capitalismo o poder era a Espanha, em parceria com a nação bancária genovesa. No segundo foi Amsterdam apoiada pela “house of Orange”. Na terceira fase foram os bretões e na quarta os Estados Unidos da América. No quinto ciclo segue os Estados Unidos da América; mas nessa fase paira no ar a dúvida se este conseguirá exercer sua hegemonia sem o apoio das outras principais potências industriais (por meio da OTAN e Organização das Nações Unidas).

Nessa lógica, o século XX é considerado excepcionalmente violento (como visto acima) por conta da desordem que estalou duas vezes (e refletiu-se nas Grandes Guerras e na crise financeira de 1929). Primeiro com a tomada hegemônica dos

Estados Unidos da América do lugar dos ingleses na expansão final do capitalismo estruturado sobre o Estado-nação. A segunda foi a gerada pela ruptura do confinamento capitalista no estado-nação por meio da globalização das funções capitalistas.

*Looking back, it is apparent that for the greater part of the twentieth century, mankind was not in control of its destiny. In only 40 of its years, roughly from 1900 to 1913 and from 1946 to 1973, did the world know comparative peace, stability and a measure of tranquillity (Shankar Jha, 2006, p.20).*

## 2.2 AMÉRICA LATINA VS. AMÉRICA DO SUL: O PENSAMENTO E A PRÁTICA INTEGRACIONISTA.

Esses elementos teóricos e empíricos apresentados na subseção anterior nos possibilitarão, daqui em diante, entender melhor o pano de fundo em que o processo de regionalismo Sul-americano no século XXI se encontra. Este século está condicionado num ciclo de expansão do capitalismo ainda muito tenro, em que os Estados Unidos da América encontra dificuldades para manter seu padrão de política externa do século passado, aparentemente esgotada. Agora, os Norte Americanos precisam se preocupar com a China, novo ciclo dinâmico do capital global; o que afeta não somente as economias centrais, mas também as da periferia e subperiferia, que abastecem as economias centrais com commodities e alimentos.

Para chegar ao processo de regionalismo Sul-americano do século XXI, faremos um recorrido histórico sobre a busca latino-americana pela independência (autonomia) e melhores condições materiais de vida por meio do desenvolvimento capitalista regional. Esse é um processo político, econômico e cultural, que se forma a partir de ideólogos da integração regional. Andrés Rivarola Puntigliano e José Briceno-Ruiz, em “Resilience of Regionalism in Latin America and the Caribbean Development and Autonomy” (2013), demonstraram que a questão sobre a permanência do horizonte integracionista na América Latina, a despeito das mudanças no sistema internacional e das mudanças institucionais que destacamos acima (mas não apenas), esteve orientada pela a) superação da subordinação política colonial e fraco poder de barganha internacional, b) a necessidade de desenvolvimento econômico e social diante das assimetrias internas e c) uma força por trás do processo concreto, a ideia de identidade cultural comum.

A busca por autonomia política, econômica e a formação da identidade cultural foram fundamentais, portanto, para o surgimento e persistência da Hispano

América independente, posterior América Latina (hispanos e lusitanos, ambos de cultura ibérica). Segundo Puntigliano e Briceño-Ruiz (2013b), a busca por “autonomia”, nas iniciativas de integração regional, de Simon Bolívar em diante, esteve sempre presente no horizonte utópico latino-americano.

Tornou-se em tradição, a qual, em 1950-60, contribuiu para a formação de uma teoria latino-americana sobre autonomia na política mundial e suas relações com a integração econômica e política regional; o chamado desenvolvimentismo latino-americano. No século XX, Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig foram intelectuais muito importantes na continuação dessa “tradição autonomista” iniciada nas independências do século XIX. No século XXI, “UNASUL, ALBA ou MERCOSUL, com suas limitações e complexidades, são também um elo mais recente nesta tradição autonomista (Puntigliano e Briceño-Ruiz, 2013b, p.267).

E para a construção dessa autonomia, mesmo no século XIX, se falava sobre a questão econômica, propriamente dita. Alguns pensadores viam a importância do fator econômico no processo de integração (embora a economia fosse raramente considerada) – sendo o século XX palco do pragmatismo econômico e refinamento intelectual das ambições regionais supracitadas.

*[...] Certainly, economics was not the cornerstone of the thought and practice on regional integration in the then so-called Hispanic America in the 19th century. Notwithstanding this, it is fair to recognize that some thinkers considered the economic variable as the force driving regionalism. The Central American Jose Cecilio del Valle, for instance, considered economic growth as one of the goals of the American Congress he proposed in his pamphlet ‘Soñaba el Padre Abad, yo también se soñar’ (The Father Abad dreamed, I also know how to dream), published in 1823. The Mexican Lucas Alaman intended to build a space for preferential trade among the American countries in the 1830s. In the south of the continent, Juan Bautista Alberdi argued in 1844 for the need for a common trade, tariff and infrastructure framework between the Hispanic American countries. Some economic issues were discussed in the context of the Hispanic American summitry throughout the 19th century. Thereafter, the Argentinean Mariano Pelliza, inspired by the German Zollverein, proposed the creation of a customs union and a common currency.*

*[...] the real commitment to economic integration began to develop in the early 20th century with Alejandro Bunge’s proposal for a Customs Union of the South in 1909, but was taken up again in 1929 by the Chileans Guillermo Subercaseux and Eliodoro Yanez. Other initiatives of economic union were developed in the following decades. One of these was pursued by the Ministers of Foreign Affairs of Argentina and Brazil, Enrique Ruiz Guinazu and Oswaldo Aranha, in 1941: the so-called Free Exchange Agreement. This was approved because of the pro-industrialization policies in both countries, for example, the Pinedo Plan in Argentina. Thereafter, Argentina, Bolivia, Uruguay and Paraguay organized the River Plate Economic Conference, in which there was also a commitment to furthering economic unity. (Puntigliano e Briceño-Ruiz, 2013b p.268)*

## Na América Andina,

*representatives of Colombia, Ecuador, Peru and Bolivar held a Grand Colombian Economic Conference in Quito in 1949, in which an ambitious agenda of economic integration was proposed – free trade area, customs union, and functional cooperation. Although this issue is not discussed in the literature, the Quito Conference is relevant not only due to its economic ambitions but also because it was held before the European integration initiatives that started with the creation of the Coal and Steel Economic Community in 1950. In this sense, the conference was the antecedent of the Latin American integration movement of the 1950s that aimed to create a common market (Ibidem).*

São eventos históricos que contribuíram para o refinamento do ideário integracionista no século XX.. Raul Prebisch, por exemplo, marcou um papel fundamental na fundação do estruturalismo latino-americano, que orientou em grande medida o já mencionado desenvolvimentismo da década de 1950-60. Prebisch via na integração regional um meio para promover um mercado comum como um mecanismo de transformação da estrutura produtiva nas economias internas envolvidas no processo; seria uma ferramenta na industrialização Latino-americana em favor de maior autonomia econômica, ao serem criadas indústrias regionais protegidas por uma Tarifa Externa Comum. Essas foram ideias orientadoras de movimentos regionais como a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), o Pacto Andino (CAN) e o Mercado Comum Centro-americano (MCCA) (Puntigliano e Briceño-Ruiz, 2013, p.269)

Em relação à formação da identidade regional, deu-se uma fraca relação identitária do Brasil e Ilhas caribenhas de fala inglesa com a América Hispânica. Mas nem por isso deixa de desempenhar importante função nesse processo. A maioria dos países possuem alguma consideração de um espaço comum cultural compartilhado com os vizinhos. Apesar das diferenças do Brasil, Caribe (de fala inglesa), estes também possuem ligações culturais e interesses políticos aproximados, tanto por conta do espaço geográfico compartilhado, quanto por uma história em comum em muitos aspectos, [...] “deve-se lembrar que, mesmo antes do MERCOSUL, o Brasil era um ator na política do Cone Sul-americano. As relações latino-americanas com o Caribe de língua inglesa, o restante das Antilhas e o Grande Caribe podem ser rastreadas até a independência. Uma identidade compartilhada não leva à unidade econômica e política regional, mas certamente a facilita” (Puntigliano e Briceño-Ruiz, 2013b, p. 270).

Visto isso, veremos abaixo o processo de regionalismo nos termos supracitados. Revisaremos na história, a formação da identidade “latino-americana”, baseada no processo colonizador e a posterior busca regional por autonomia política

externa e desenvolvimento interno; processo político, econômico e cultural de uma mesma região geográfica incorporada ao sistema capitalista mundial. Nosso objetivo final, será chegar ao surgimento da fase de integração Sul-americana do século XXI, a partir de seus antecedentes históricos. Para então, em subseções posteriores, passarmos ao entendimento da estrutura internacional que marca esta fase mais recente da integração da América do Sul nas primeiras duas décadas do século XXI e suas características e entraves mais importantes para este trabalho. Portando, comecemos com nossa revisão histórica no século XVI.

### 2.2.1. Da América Latina à América do Sul: Caminho para o Sul-americanismo do Século XXI.

A primeira pesquisa geográfica da região (América Latina), feita na década de 1570, por um oficial do Conselho das Índias, chamado Lopez de Velazco, identificou três sub-regiões na colônia espanhola, chamadas as Índias do Norte, as Índias Ocidentais (Caribe) e as Índias do Sul (Barton, 2003, p. 40, em Puntigliano 2013).

O primeiro homem (1750-1816) (que se sabe) consciente de um espaço geográfico ocupado por um Estado em relação com o mundo a seu redor foi o espanhol/americano – militar da coroa e um dos primeiros enciclopedistas americanos – Francisco de Miranda; na Colômbia. Ele se preocupou com a independência e a formação de um Estado regional soberano. Em seu exílio nos Estados Unidos da América na década de 1780, concebeu fazer uma revolução na América Espanhola – da Patagônia ao Mississípi – para romper com o jugo espanhol e conservar a unidade territorial da “ex-colônia”, formando um Estado com capital no Panamá (Puntigliano, 2013, p. 38-39).

Outro personagem importante na construção do pensamento integracionista da perspectiva geopolítica foi Juan Pablo Viscardo y Guzmán, que ao apoiar a revolução de Tupac Amaru, no exílio (1792), escreveu sua “Carta aos americanos espanhóis”, que justificava ideologicamente a independência americana. Viscardo também apoiou a formação da identidade hispano-americana contra a coroa espanhola (Puntigliano, 2013, p.38).

Posteriormente, Simon Bolívar (1783–1830), apesar de suas diferenças com Miranda, também desejava a união pós-independência, mas de todas as Américas, em detrimento dos interesses da Espanha, França, Grã-Bretanha e América do Norte.



Contrariamente, em 1820 os Estados Unidos da América formaram sua própria estrutura Estatal nacional com agenda externa baseada na Doutrina Monroe (1823), que não pretendia formar um Estado Americano de nacionalidade comum com as Repúblicas da América Espanhola, contrastando diretamente com o Bolivarismo, ao declarar sua política unilateral de posicionamento dos Estados Unidos da América na região. O continentalismo, da ótica Estadunidense, significava integração dos Estados da América do Norte como hegemonia regional sobre o hemisfério ocidental.

Por sua vez, o Bolivarismo pretendia a igualdade democrática, sem tutela de um único Estado, mas com elos de assistência regional recíproca e direitos iguais entre os confederados. Também resgatava ideais ibéricos de igualdade e justiça que contribuíram às novas noções de “direitos do homem”; contrário à escravidão. Isso em oposição do racismo das elites políticas dos Estados Unidos da América e do Império brasileiro. Os planos bolivarianos sofreram oposição acirrada pela aliança dos Estados Unidos da América com os bretões na independência de Cuba e Porto Rico; os Estados Unidos da América pretendiam tomar para si os Estados do Norte do México.

*Bolívar deserves a special place as one of the forebears of ‘classical geopolitics’ in South America. He was concerned with the structuring of a state (a confederation with common army, preferential tariffs and common citizenship) and pointed out the optimal lebensraum for that state. Bolívar was also deeply concerned with the ethnopolitical arguments for a common nationality of this state, as well as with the understanding of its place in the international system (Puntigliano, 2013, p.40).*

Não obstante, o projeto de Simon Bolívar falhou em sua intenção de formar uma confederação de repúblicas ao Sul das Américas. Mesmo assim, acresceu um degrau na acumulação da consciência geográfica da região. A América Hispânica volveu-se uma região em busca de “um” Estado autônomo.

A despeito dessas pretensões de união das repúblicas, depois da independência colonial, as Repúblicas da América Espanhola se formaram separadamente e algumas passaram por um processo de fragmentação ainda maior. As Províncias Unidas do Rio de La Plata se dividiram formando Paraguay, Argentina, Uruguai e Bolívia; em 1831 a República da Colômbia dividiu-se em Nova Granada, Equador e Venezuela; em 1838 a República Federal da América Central transformou-se em Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. E, a despeito desta fragmentação, ao longo do século XIX remanesceram as pretensões integracionistas do Congresso Anfictiônico – proposto por Bolívar em 1825 no Panamá -, que se

manifestaram em congressos de articulação política diante das contínuas ameaças externas de reconquista colonial.

Por exemplo, Andrés de Santa Cruz (1792 – 1865), como presidente da Bolívia em 1836, promoveu, junto ao Peru, a formação de uma Confederação, sendo a Bolívia o centro político. Foi uma tentativa de retomar o caminho “unionista” inspirado nos ideais bolivarianos. Mas foi dissolvida em 1839 por conta da guerra contra o Chile (1836-1839)<sup>6</sup>.

Apesar disso, outra tentativa foi o primeiro Congresso de Lima (1847 – 1848), onde se firmou um acordo confederacionista que almejava coordenar forças de defesa, como mecanismo de resolução de conflitos, baseado na preservação das fronteiras, também promoveria o comércio e acordos marítimos. No entanto, muitos países não aderiram à causa, pois ela surgiu num contexto ameaçador em que a Espanha pretendia recuperar suas colônias e em que os Estados Unidos da América anexavam o México.

Um terceiro e um quarto congresso foram o de Santiago (1856 – 1857) e Lima (o segundo de Lima) (1864 – 1865) respectivamente. Este motivado pela intervenção da França no México, pelas pretensões da Espanha de anexar Santo Domingo e por ataques contra o Peru e Chile, aquele, motivado pelos conflitos internacionais citados no parágrafo anterior. Foi nesse terceiro congresso que apresentaram-se algumas discussões políticas sobre economia regional, onde o tema das Uniões Aduaneiras destacou-se e passou a ser pensado por personagens como Justo Arosemena (1817 – 1896), Francisco Bilbao (1823 – 1865) e Juan B. Alberdi (1810 – 1884).

Ao destacar estes congressos e outras importantes reuniões de grupos, como o de empresários, Puntigliano (2013) afirma que,

*What is central is that the idea of union and integration remained as a concern for the states. ‘Continentalism’ continued to be part of the conceptual framework, but not only as reminiscent of the conception period. Now it was broadened to incorporate the economic dimension more clearly, speaking of a commercial continental union and a customs union. Before the concept of geopolitics was invented, the region showed that the geographic consciousness with its roots before independence was still there, and evolving (Puntigliano, 2013, p.42).*

Essa consciência regional estava por ampliar-se. Com a queda da monarquia brasileira e a abolição da escravidão em 1889, abriu-se espaço para uma nova

---

6. Conhecida como “La Guerra de la Confederación o Guerra contra la Confederación Perú-Boliviana”.

conexão continental baseada na questão identitária. O que antes era uma identidade da América Espanhola (vs. América lusitana), transformou-se numa identidade regional “Ibérica” chamada América Latina.

O que fomentou, em partes, esta conexão identitária foi o Pan-americanismo e seu caráter imperialista e hegemônico. Essa ameaça se concretizou na intervenção da América do Norte na guerra da América Espanhola (1898), que resultou nos protetorados de Cuba e Porto Rico e na intervenção sobre a Colômbia, terminando na criação do Panamá e o controle da América do Norte sobre seu canal para o Pacífico.

Avançando ao século XX, o diplomata e acadêmico Carlos Badia Malagrida é considerado como o escritor do primeiro estudo geopolítico (1919) do que se chama hoje América Latina. Assim como Miranda, Bolívar e Alberdi, Malagrida referia-se a toda América Hispânica como América do Sul, um conceito geográfico atrelado a outro cultural.

Badia apresenta em seu trabalho uma análise clara dos determinantes geográficos da criação das subconfederações que estariam à base de uma confederação Hispano Americana mais ampla, considerando o Brasil como uma confederação autônoma. O Brasil é apontado por ele como elemento territorial chave na preservação de uma possível união da América Hispânica, mesmo que não possuísse relação identitária com esta, pois possuía poder anti-Panamericano devido sua maior dimensão geográfica e coesão política (relativos à sua região).

Destarte, com a importância regional do Brasil no século XX e novas ânsias de regionalismo, assim como uma nova configuração geográfica, demandou-se a formação de novas definições. Após a intervenção norte-americana em Cuba, surgem novos pensadores, sendo alguns dos mais importantes José Enrique Rodó (Uruguai, 1872 – 1917), Francisco Garcia Calderon (Peru, 1883 – 1953) e Manuel Ugarte (Argentina, 1875 – 1951). “Rodó é geralmente reconhecido como um divisor de caminhos para dar à identidade hispano-americana uma profundidade filosófica sem precedentes, mas ele também foi um destruidor na promoção da nova identidade latino-americana, incluindo o Brasil (Newcomb, 2010, p. 374)” (Puntigliano, 2013) como parte do projeto de regionalismo da América Latina. “Garcia Calderón, também, seguiu esse caminho, escrevendo sobre as democracias latinas e uma criação de continente, que se sustentou em valores comuns uma raça e uma que assegurava uma industrialização” (Puntigliano, 2013, p.44, tradução livre).

*Ugarte was on the same track concerning economic policy but was ahead of the other two concerning the Latin American identity and the inclusion of Brazil, and, particularly, in clearly formulating the need for creation of a new state: the United States of the South (Puntigliano, 2013 p.44).*

A despeito de suas diferenças, estes pensadores viam a América Latina como um nacionalismo fracionado, onde apenas a reunificação poderia garantir o desenvolvimento e ajudar a confrontar as incursões e hegemonia dos Estados Unidos da América e outras nações imperialistas. Não obstante, esses pensadores estavam mais concentrados na América Hispânica, começando a considerar gradualmente o Brasil como chave desta necessidade estratégica de união.

De um lado, os intelectuais hispânicos orientavam-se em partes pela tradição herdada da Espanha, que possui uma visão universalista, muito relacionada à Igreja Católica. Do lado lusitano, antes mesmo da chegada dos Espanhóis ao novo mundo, já possuíam em seu ideário o universalismo; refletido, por exemplo, em suas relações comerciais marítimas pelo mundo.

Com a União Ibérica (1580 – 1640), desenvolveu-se uma consciência geopolítica e um projeto global, que relacionava o catolicismo e sua visão de uma humanidade Católica. Esse projeto se desintegrou com a separação das coroas ibéricas, com a própria desintegração da Espanha e de suas colônias em Repúblicas fragmentadas.

Por outra parte, com o estabelecimento das estruturas Estatais portuguesas no Brasil, este território manteve-se coeso, por meio de um projeto de interdependência e soberania regional, a despeito das revoltas internas. Apesar de suas vulnerabilidades, o Estado “Brasileiro” buscou garantir sua autonomia e desenvolvimento econômico por meio de expansão e domínio territorial. No século XIX, o Barão do Rio Branco (1845 – 1912) preservou essa tradição e entendia que a influência externa do Brasil sobre o cone Sul deveria ser compartilhada com Argentina e Chile. E, ao mesmo tempo em que o Barão buscava manter as relações comerciais com os Estados Unidos da América, pretendeu construir uma área de influência compartilhada com os vizinhos. Por exemplo, no caso da independência do Panamá, o chanceler brasileiro apenas reconheceria esta república se Argentina e Chile concordassem. Foi um dos primeiros passos no conhecido pacto do ABC, que culminou no Tratado da Cordial Inteligência entre Brasil, Chile e Argentina em 1909.

Segundo Puntigliano (2013), nasce naquele contexto uma nova fase de

integração pós-independência,

*This time, the context was very different from prior intentions of regional integration. One key issue was that Brazil was included, not due to 'super national' ambitions but for development and geopolitical reasons. When it is argued that Rio Branco's foreign policy was the start of the americanização (Americanization) of Brazil (Bethell, 2010, p. 465), it should be remembered that under his leadership Brazil confronted US intervention in South America, even threatening to break diplomatic relations (Puntigliano, 2013, p.46)*

Logo, desenvolveu-se, no Brasil, uma visão geopolítica da “América do Sul” de forma institucionalizada. O Brasil torna-se então principal promotor de iniciativas estratégicas do regionalismo Sul-americano, visando tanto aspectos culturais como econômicos.

*As one response to this, Hispanic Americanism faded away, giving way to the establishment of the Latin American identity. The new role of Brazil was a major force in this process, although the concept of Latin America was not the Brazilian preference. To be sure, the Luso-Hispanic cleavage remained concerning both identity and economy, even if the Brazilians, pushing for what Helio Jaguaribe called the 'path of integration', were slowly gaining ground vis-à-vis those seeking the 'separate path' (Jaguaribe, 1981, p. 431). (Puntigliano, 2013 p.47).*

Com essa nova chave regional, destaca-se que, nas primeiras décadas do século XX, foi reforçado na América do Sul o histórico movimento de busca por autonomia geopolítica com os governos nacionalistas de Vargas no Brasil e Perón na Argentina, por exemplo. Estes governos surgem em meio a uma crise internacional que freou as exportações dos países periféricos, o que contribuiu ao crescimento da indústria de consumo regional. Nesse contexto, ressurgem as ambições de autonomia via fortalecimento econômico da América do Sul, o que motivou a aproximação estratégica entre Brasil/Argentina, que sofreu ferrenha oposição do establishment anti-integração desses países e dos interesses dos Estados Unidos da América sobre a região (Spykman, 1940, em Fiori, 2007b)

Apesar disso, o regionalismo reformula-se na segunda metade do século XX<sup>7</sup> – o que se convencionou chamar Primeira Fase da Integração regional, ou Regionalismo Fechado - apoiado no Brasil de Juscelino Kubitschek e João Goulart e Arturo Frondizi na Argentina. São governos que apareceram no contexto do desenvolvimentismo industrial (de Estado) amplamente apoiado pela CEPAL (1950) – o chamado “desenvolvimentismo” latino-americano. Criou-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) (1960), dando início à fase de integração

---

7. A fase do pragmatismo econômico, nunca antes visto na história regional.

econômica correspondente ao modelo de Industrialização por Substituição de Importações. Também surgem: o Mercado Comum Centro-americano (MCCA) (1960); o Grupo Andino, que em 1996 transformou-se na Comunidade Andina (CAN); e Comunidade do Caribe (CARICON) em 1973, a qual substituiu a Comunidade e Mercado Comum do Caribe; e a Associação Latino-Americana de Integração (ALAI), 1980 (Estay, 2018, p.49).

Mesmo que diferentes, estas instituições seguiram duas tendências principais. Por um lado os objetivos eram integração, a formação de um mercado comum, a incorporação de modelos avançados de cooperação monetária e financeira – no entanto, a realização destes objetivos avançaram menos do que o previsto. Por outro lado, a operação dos mecanismos distanciou os países da região de seus objetivos ao não honrarem os compromissos e prazos firmados; os resultados foram parciais, pois os únicos compromissos cumpridos foram os relacionados à redução mútua das taxas externas e reduzidos mecanismos de financiamento regional.

Isso reduziu o projeto mais amplo de integração e aprofundamento das relações comerciais. Portanto, os estímulos à integração duraram pouco tempo após a imediata criação de tais esquemas entrando num período de estagnação e retrocesso (Estay, 2018, p.50).

Por exemplo, na Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), de 1960, não foi priorizada a união aduaneira. Esta instituição serviu principalmente aos interesses do Brasil<sup>8</sup> – mas também da Argentina e México – de promover integração sem fortes compromissos regionais. O Brasil estava preocupado em manter-se alinhado aos Estados Unidos da América, ao mesmo tempo que queria mercado para seus produtos industrializados sobre a região, sendo assim protagonista na criação de um possível mercado comum na América do Sul (a ALALC, ou LAFTA em inglês).

Looking back, one could say that there was more in LAFTA than what Peronists saw and what many developmentalists wanted to recognize. If one takes a look at LAFTA's long-term objectives, the goal was not to remain in a free trade treaty but to expand towards a common market that would give particular consideration to industrialization goals (Urquidi, 1962, p. 73). (Puntigliano, 2013, p.38).<sup>9</sup>

Paralelamente, se fortalece na sub-região Andina outro processo de

---

8. Nos atentamos ao Brasil por ser neste trabalho considerado o líder potencial da integração Sul-americana.

9. LAFTA é a sigla em inglês para “Associação Latino-americana de livre comércio”.

integração. Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, ao não sentirem-se contemplados com as intenções da ALALC, iniciaram um processo de integração com base jurídica inspirada no nacionalismo hispânico enraizado no congresso Anfictiônico, com objetivos constitutivos de uma cidadania comum, política externa e pertencimento regional.

Segundo Severo (2015), a ALALC

[...] Era controvertida porque, de acordo com o Tratado de Montevideu, tinha a função de promover a integração regional pela via de uma agenda totalizante de abertura comercial e eliminação de todas as barreiras nos vinte anos seguintes. [...] A proposta de “eliminar todas as barreiras” e visar o “livre-comércio” não considerava a possibilidade de tratar de forma diferenciada os países menores, segundo o seu nível de desenvolvimento econômico [...].

A situação provocou um maior debate entre as perspectivas “comercialistas” e as “desenvolvimentistas”, segundo Barbosa (1996, p.141), ou entre os “mercantilistas” e os “integracionistas”, de acordo com Medeiros (2010, p.92). O primeiro grupo era identificado com a Argentina, o Brasil e o México, países de maior desenvolvimento. O segundo era composto pelos países andinos, que desejavam ter a ALALC como uma promotora de sua industrialização, potencializando a complementação das cadeias produtivas e uma maior cooperação na área de investimentos.

Como resultado desta situação, prevaleceu a ideia de que a defesa do mercado interno, o protecionismo e o nacionalismo econômico eram contraditórios com a integração regional. De fato, enquanto a proposta original de Prebisch defendia um processo de fortalecimento do aparato industrial nacional e a substituição de importações, a proposição da ALALC era de abertura econômica, sem uma preocupação clara com a defesa do aparato produtivo dos países menores. Vigevani e Ramanzini Júnior (2010, p.468) ressaltam que “os objetivos cepalinos em relação à integração e a passos de maior envergadura demonstravam-se difíceis de ser alcançados porque os pressupostos das políticas nacionais a respeito do desenvolvimento não os colocavam como questões centrais”. Por este motivo, Machado (2012, p.70) considera que “o desenvolvimento brasileiro divergia do projeto regionalista cepalino e inviabilizava-o”. (Severo, 2015, pp.132-133)

Além do mais, houve um agravante a esse distanciamento de projetos e interesses. Na Argentina e Brasil, levantam-se grupos contra os presidentes desenvolvimentistas. Com a saída do Chile, em 1976 do CAN, os demais países-membros não lograram realizar os projetos previstos originalmente (Puntigliano, 2013, p.39). A integração econômica aos moldes do processo que se inicia na década de 1930 e se aprofunda em 1950-60 (a mencionada primeira fase de integração) não avançou como o previsto. Como evidenciou Padula (2010),

A priorização de projetos nacionais de industrialização individuais e a desconfiança mútua entre governos ditatoriais na região estão entre os principais fatores que contribuíram para que os países permaneçam de costas uns para os outros. (Padula, 2010, p.20).

Além desse ar de desconfiança, houve um conjunto de outros fatores externos que enfraqueceram essa primeira fase. Os Estados Unidos da América mantiveram sua influência internacional sobre a Europa por meio de seus financiamentos e suas bases militares, ao mesmo tempo que, sobre a América Latina, difundiu o medo a uma ameaça socialista. Isso se vê na criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), 1948, que se formaram para ratificar uma possível intervenção militar estadunidense sobre qualquer ameaça socialista ao continente; ou seja, ferisse os interesses geopolíticos do Norte em relação ao Sul.

Adiantando um pouco a história, a Europa começa a reerguer-se como mercado competitivo internacionalmente, assim como o Japão, uma nova potência industrial. Essa maior competitividade capitalista reforça os interesses dos EUA sobre a América Latina, um grande mercado consumidor, que não queria se abrir tão facilmente (por conta dos governos nacionalistas daquele momento). Não coincidentemente, houve a derrocada daqueles governos nacional/desenvolvimentistas (1930-50), substituídos por ditaduras que vigoraram entre 1960-1990, favorecendo as multinacionais norte-americanas que se instalaram na região, enfraquecendo aquelas propostas de integração regional mais abrangentes no horizonte econômico (Souza, 2012); que leva seu último golpe na década de 1990, como veremos abaixo.

Mas, em relação à liderança brasileira sobre o regionalismo Sul-americano não se descontinuou; por mais que pareça contraditório, ela tomou fôlego. Houve fortalecimento da posição brasileira como líder regional. Neste país, ao fim de 1960 e inspirado na Escola Superior de Guerra, assume-se politicamente uma espécie de desenvolvimentismo misturado a uma visão continentalista no pensamento estratégico nacional.

*[...] Brazil was regarded as a continent in itself, but it was argued that South America was its natural area of influence to consolidate the country's process of development: in geopolitical terms, its lebensraum. Thus, albeit not alongside geopolitics of integration, Brazilian military leaders further pushed the construction of 'South America' as a geopolitical unit. (Puntigliano, 2013, p.39).*

Ao assumir essa posição em relação à América do Sul, novos acordos diplomáticos voltados a concretizar esta projeção geográfica e desenvolvimentista do Brasil são assinados. Em 1967 aparece a proposta de uma união aduaneira com a



Argentina e a assinatura do tratado de Basileia (1969). E o Tratado de Cooperação Amazônica, um movimento regionalista em direção ao centro da América do Sul (1978).

Por outro lado, na América Hispânica, as pretensões integracionistas dos governos não se realizaram como o esperado – em partes pela desconfiança supracitada. O neoliberalismo e alinhamento aos interesses americanos sobre a região prevaleceram (1960-70). Já na década de 1980,

[...] a crise da dívida, o aumento do protecionismo em alguns países, e a proeminência neoliberal, propagada a partir dos países centrais e organizações internacionais, esmoreceram e realmente dissiparam a ‘primeira onda’ de integração regional na América Latina. Assim, seguiu prevalecendo a falta de uma articulação regional efetiva, ou mais precisamente a falta de uma articulação regional pelo desenvolvimento conjunto dos países da região (Padula, 2010, p.20).

Mesmo assim, a tradição do pensamento integracionista permaneceu por meio de personagens como Alberto Methol Ferre (1967). Ele propunha a transformação do Uruguai; o nexo entre Brasil e Argentina, num nexo de integração, dando assim um novo papel ao país (Puntigliano, 2013, pp.39-40). Também manteve-se uma linha do pensamento geopolítico e integracionista até Marini<sup>10</sup>, na década de 1980, na Argentina. “Marini pensou em termos de uma futura unidade latino-americana, mas considerou a América do Sul como a mais possível unidade geopolítica (Marini, 1987, p. 51)”( Puntigliano, 2013, tradução livre, p.40)

E mesmo com um cenário internacional desfavorável (1980), abrem-se novas possibilidades com Raúl Alfonsín (1983-1989), na Argentina, e José Sarney (1985-1990), no Brasil. Com muito do pensamento desenvolvimentista em voga, a diplomacia brasileira deu força política à geopolítica da integração ao aproximar-se da Argentina, país que sentia os efeitos malevos da derrota nas Malvinas, na década de 1980.

Conseqüentemente, alargou-se o eixo político Brasil-Argentina, dando em programas como o de “Integração e Cooperação Econômica” (1986), o qual ampliou os acordos setoriais na indústria e inovação técnica, pretendendo também alinhar-se à União Européia (UE). Tencionava-se integrar gradualmente pela orientação Estatal na formação de mecanismos de intercâmbio tecnológico e industrial recíproco.

São objetivos que ocasionaram o Mercosul (1991) – embora, na prática, distante de seu projeto original mais abrangente, restringindo-se ao comércio –, moldado pelo “Regionalismo Aberto” da ortodoxia neoliberal e do Consenso de Washington (livre

---

10. Anselmo Marini (1907-2002), político argentino.

comércio e reforma do Estado). Até mesmo a CEPAL (1990) assume um novo posicionamento coerente à época – na década de 1990 começaria o que se convencionou chamar Segunda Fase de Integração, ou Regionalismo Aberto (1990-2003).

Essa nova fase coincidiu com o “boom” do novo regionalismo, deflagrado desde os países centrais, marcado pela presença de cada vez mais acordos comerciais a partir da segunda metade da década de 1980, “[...] Schiff and Winters (2003: xi) describe as “one of the most significant developments in international relations in recent years”, and which is considered by Bhagwati (1993) as the second wave of regionalism since WWII (Estay, 2018, p.51). Segundo a OMC, os acordos existentes notificados antes aumentaram de 46 em 1985 para 101 em 1995, para 226 em 2005 e para 423 em 2016 (Estay, 2018 p.52).

Essa tendência foi impulsionada, em partes, pela Europa (com sua união europeia avançada) e pelos Estados Unidos da América, com seus acordos multilaterais. Esses dois impulsos internacionais foram ocasionados pelas particularidades descritas acima. Nesse contexto, a integração implicava no abandono dos projetos mais abrangentes – como visto acima – da fase anterior de “regionalismo fechado” (1930-1990)<sup>11</sup>, sendo orientada agora por acordos bilaterais ou com pequenos grupos de países, versando principalmente sobre comércio; liberalização comercial; aplicação de uma tarifa externa comum; e harmonização das políticas comerciais e macroeconômicas (Estay, 2018 p.53-54).

Para mais, essa fase foi reforçada na América do Sul por uma leva de presidentes neoliberais, que trouxeram consigo, a seus ministérios, monetaristas de formação norte-americana, os quais assumiram a liderança dos principais países latino-americanos. As táticas de governo para o desenvolvimento econômico (e seus respectivos presidentes) são:

Tratamentos de choque, de corte neoliberal, foram aplicados pelos governos de Augusto Pinochet no Chile, Carlos Saul Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, Fernando Collor de Melo no Brasil, e Carlos Salinas de Gortari no México (Cervo, 2003, p.15).

---

11. “Regionalismo fechado”, onde prevaleceu o “desenvolvimentismo industrial de Estado” (Sicsú et al, 2007). “Para fazer referência à primeira onda também podem ser usados os conceitos de Regionalismo Antigo ou Fechado, impulsionado pelo estruturalismo da CEPAL, o protecionismo e o industrialismo. Em um sentido distinto, de abertura e liberalização, a segunda onda pode denominar-se como Novo regionalismo ou Regionalismo Aberto. Expressando novos ânimos, a terceira onda vem sendo denominada como Regionalismo do século XXI ou Pós-neoliberal (VIZENTINI, 2008; SOMBRA SARAIVA, 1995; COUTO, 2006; VEIGA & RÍOS, 2007; em Severo, 2015, p.19).

Nessa linha de atuação política, o Estado fica restrito a promover estabilidade monetária e garantir a propriedade privada, o mercado cuida do resto. Essa vertente monetarista ganha ainda mais força com o novo posicionamento da CEPAL. Depois da autocrítica da CEPAL (CEPAL, 1990), a instituição se inclina ao neoliberalismo, dando força ao monetarismo. Essa tendência ganhou mais força nos países hispanoparlantes que no Brasil, pois, este havia se tornado a 8ª economia mundial com a receita nacional/desenvolvimentista, sendo assim mais lenta sua transição para a “nova moda”(Cervo 2003, p.15).

Os constrangimentos externos que amadureceram essa fase, principalmente, foram o endividamento e o consenso de Washington. São fatores que impulsionaram o paradigma monetarista, tendo como carro forte o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. “[...] o endividamento latino-americano dos anos 1980, cujo aumento deveu-se à elevação das taxas de juro durante os mandatos de Ronald Reagan, converteu os países da região em grandes esmoleiros internacionais” (Cervo, 2003, p.16). Para que “saíssem” da dívida e se desenvolvessem economicamente, deveriam seguir o receituário econômico ditado pelos credores. Uma receita que se mostrou prejudicial à autonomia produtiva latino-americana ampliada na fase anterior ( do desenvolvimentismo industrial de Estado (Sicsú et al, 2007)).

Destarte, as exigências para reinserção Latino-americana no fluxo financeiro internacional resumiram-se, como vinhamos dizendo, em abertura econômica e esvaziamento das funções do Estado, ou seja, “ser Normal” (Cervo, 2003). Ser normal, nesse contexto, seria alinhar-se aos comandos do centro, que dizia o que era ser normal: privatização das empresas públicas, priorização do capital estrangeiro e liberalização da conta de capital e comercial. Foram as medidas aconselhadas pelo centro para o desenvolvimento da periferia, em meio a uma onda de crise do Sistema Internacional. Estas políticas de corte liberal reinseriram a região no fluxo de capitais pós-1980<sup>12</sup>

Essa adequação regional conduziu à financeirização da economia em detrimento dos interesses nacionais mais abrangentes. Dessa forma, esse processo desmantelou gradualmente a indústria nacional e os pequenos empreendimentos formados décadas antes. Nas palavras de Cervo, referindo-se ao Brasil: “encaminharam a destruição do patrimônio nacional construído em sessenta anos de esforços” (Cervo,

---

12. Referindo-se à década de 1990, Batista (1996, p.145-164) indica que os efeitos deste processo foram potencializados pela retomada da circulação de capitais pela América Latina, graças a um programa de financiamento externo dos EUA e Fundo Monetário Internacional, que reestabeleceu o mercado financeiro na região, em detrimento doutros indicadores como emprego e salários reais.

2003, p.18).

É nesse contexto que se funda o MERCOSUL como evolução da ALALC e a CAN, 1996, evolução da ALADI. Aceleraram-se os tratados comerciais de rápida aplicação,

[...] ambos os blocos retrocederam em relação à concepção original (presente no Pacto Andino quando da sua criação em 1969 e no MERCOSUL na fase dos acordos de 1986 e 1988): em lugar da integração produtiva prevista nos acordos iniciais, privilegiou-se a integração comercial; em lugar da união aduaneira com proteção externa à produção regional, praticou-se o 'regionalismo aberto' (Souza, 2012, p.112).<sup>13</sup>

Mesmo assim, considera-se que os países Latino-americanos se aproximaram mais comercialmente do que noutra fase (Ibidem). Mas, essa priorização do comercial em detrimento do "resto", acarretou prejuízos insustentáveis para o desenvolvimento nacional, humano e da própria autonomia internacional.

Além da desnacionalização e da desindustrialização, o aumento do endividamento externo foi outra consequência desse processo de avanço econômico externo na América Latina na década de 1990 (SOUZA, 2009: 129). Segundo a Cepal, a dívida externa da região aumentou de US\$ 500 bilhões em 1992 para US\$ 800 bilhões em 2000. (Souza, 2012, p.113, rodapé)<sup>14</sup>.

Ressaltamos que esta fase de Regionalismo Aberto foi incompleta, uma vez que tinha uma agenda política limitada e dispersiva. Levou o comércio aos extremos em detrimento da autonomia regional, etc, "steps towards the extension of free trade" (Estay, 2018, p.56). O caráter incompleto da Tarifa Externa Comun (TEC) foi inserido nos vários mecanismos de integração, faltando por outro lado harmonização política, incorrendo na falha de compromissos estabelecidos, dentre outras coisas. Na virada do século, a falta dos resultados prometidos eram evidentes, "*in addition to the lack of coherence in the "entanglement" of signed agreements by different governments and the consequent absence of any sign of progress towards the promised "progressive*

13. "Ressurge assim no período de proeminência ideológica e das reformas e práticas político-econômicas neoliberais, que objetivaram a liberalização econômica (comercial e financeira), propagadas a partir dos países desenvolvidos e dos organismos multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio -GATT) por eles influenciados. Uma forma de regionalismo com enfoque comercial e econômico, na qual, de uma forma um tanto paradoxal, a 'exclusividade' dos arranjos regionais trabalharia pela liberalização comercial regional como instrumento da liberalização do comércio multilateral, segundo a visão do 'Regionalismo Aberto'" (Padula, 2010).

14. Tendência econômica que desestabiliza a conta-corrente das economias latino-americanas e deteriora as contas públicas no longo prazo; no momento em que essa região passava por importantes transformações estruturais: o aumento da urbanização, por exemplo, e novas necessidades sociais.

*multilateralization*". (Estay, 2018,p.58). Uma das falhas esteve no não reconhecimento de que

[...] quotas, salvaguardas e outras barreiras são admissíveis num processo de integração, mesmo em áreas de livre-comércio ou uniões aduaneiras [...] Pela legislação internacional, acordos de livre-comércio ou uniões aduaneiras não implicam necessariamente total ausência de barreiras tarifárias ou não tarifárias entre os países-membros". Portanto, de acordo com esta análise, inclusive desde um ponto de vista técnico não há nada de irregular na adoção de medidas compensatórias e de combate às assimetrias. (Severo, 2015, p.198).

Mesmo nessas circunstâncias, uma vez mais a histórica atratividade da América do Sul para o Estado (e economia) brasileiro, conduziu o Brasil à opor-se politicamente à "A Área de Livre Comércio das Américas" (ALCA), de 1994, que pretendia transformar todas as Américas em área exclusiva de livre comércio; uma extensão do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, em inglês), de 1994. Como estratégia de preservação de seu desenvolvimento econômico, o Brasil de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) dá continuidade ao projeto de Associação de Livre Comércio da América do Sul (1994)<sup>15</sup> como um projeto de integração do cone Sul; uma expansão do Mercosul para toda a América do Sul.

Em 2000, na Cúpula Sul-Americana, Fernando Henrique Cardoso eleva o processo de integração Sul-americana a outro patamar, quando mantêm os seguintes projetos: 1) Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) ; 2) Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA); 3) tratado de livre comércio entre MERCOSUL e CAN. Segundo Fernando Henrique Cardoso, "para o Brasil, a ALCA era uma opção, mas o MERCOSUL, assim como 'o Sul, o Cruzeiro do Sul', era um destino [...]", referindo-se "[...] à antiga frase de Perón ao expressar explicitamente o objetivo de criar os Estados Unidos da América do Sul (Gudynas, 2006, pp. 1-14)" (Puntigliano, 2013, p42).

Com isso, deu-se propulsão a uma nova fase de aproximação política na América do Sul (2003 – 2016?); tendo como chave, novamente, o Brasil. Alguns autores chamam esta fase de regionalismo pós-liberal, outros de pós-hegemônico (Quiliconi e Salgado, 2018); nós diremos Terceira Fase. Considera-se como uma onda antineoliberal que "estala" na Venezuela (1999), Brasil (2003), Argentina (2003), Uruguai (2005), Bolívia

---

15. Lançado em 1994 no governo de Itamar Franco e Celso Amorim.

(2006), Equador (2007), Nicarágua (2007) e Paraguai (2008); composta por governos ditos progressistas. Isso foi resultado da crescente rejeição popular às políticas econômicas neoliberais da década de 1990 (Estay, 2018, p.58).

Nessa fase a sobreposição de governos ditos progressistas, com suas motivações políticas (Quiliconi e Salgado, 2018) – diferentes das motivações políticas liberais –, trouxe a reformulação dos mecanismos de integração vigentes e formação de novas instituições: ALBA (2004), UNASUL (2008) e CELAC (2011) (Estay, 2018,p.58); instituições que resgataram as pretensões históricas mais ambiciosas de integração regional.

Segundo Padula (2010), ainda em 2000, seguia em vigor o Regionalismo Aberto. Porém, temas além economia voltaram a ser parte da discussão no processo histórico de integração regional. Surgem em resposta aos desgastes político/econômico do Regionalismo Aberto alinhado aos interesses econômicos dos Estados Unidos da América e União Européia; especialmente aos Estados Unidos da América, principal cabeça do FMI e do Banco Mundial. Essa onda de governos progressistas, além de suas políticas sociais populares, visavam uma nova posição da região a nível internacional.

Três projetos se destacam para esse fim: UNASUL, ALBA e CELAC. A ALCA, em 2005, afunda em Mar del Plata, por conta da insustentabilidade da relação dos Estados Unidos da América para com os países da América do Sul, que não tinham suas petições atendidas ou debatidas seriamente ante os conselhos da ALCA. Isso gerou desgastes nas relações Internacionais, até que os governos progressistas da região procuraram novos meios de trabalhar em suas necessidades nacionais, aderiram a novos projetos de integração: “União de Nações Sul-Americanas” (UNASUL), 2008; a “Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comércio de los Pueblos” (ALBA), 2005; e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), 2010, que se desdobrou da “XXI Cúpula do Grupo do Rio, de natureza política, e a II Cúpula da América Latina e Caribe – CALC, que trata de integração e desenvolvimento” (Souza, 2012, p.119); esta foi marcante por integrar o México<sup>16</sup> a essa onda Sul-americana.

O presidente venezuelano Hugo Chávez (1999) e a liderança na Argentina do Presidente Nestor Kirchner (2003-2007) transformaram seus estados em parceiros inflexíveis de uma força pró-regionalista. Após a tentativa de deposição do presidente venezuelano, em 2002, e o colapso econômico argentino de 2001, debilitou-se

---

16. Estado que teve seus interesses políticos anexados aos Estados Unidos da América desde 1994.

a sustentação dos princípios econômicos neoliberais e a passividade regional perante as políticas externas dos Estados Unidos da América.

Um sinal disso foi o “consenso de Buenos Aires”, assinado pelo novo presidente brasileiro Lula da Silva (2003-2010) e Kirchner em outubro de 2003. Isso significou uma renovada convergência em torno de uma perspectiva política econômica remanescente do desenvolvimentismo, mas com uma conotação geopolítica mais forte (Puntigliano, 2013,p.42-43).

Foi um movimento creditado como uma alternativa de desenvolvimento perante a ordem econômica mundial neoliberal, “globalizada”, institucionalizada e em meio à guerra de paz. Com políticas econômicas alternativas ao neoliberalismo, a América do Sul retirou 56 milhões de pessoas da pobreza, 20 milhões da extrema pobreza; redução histórica da desigualdade de renda e estabilidade democrática (Vivares, 2018, p.3).

A integração focada no comércio perdeu a importância que tinha no Regionalismo Aberto e incorporou-se outros temas econômicos. Alguns deles são: Cooperação Energética e Segurança, a criação de instrumentos financeiros, assim como a preocupação com a Cooperação Produtiva. Outro aspecto importante foi a preocupação com a orientação política<sup>17</sup>, com a cultura, saúde pública, inclusão social, paz, segurança, defesa, identidade, cidadania e danos ambientais (Estay, 2018).

Não obstante, a partir de 2010, muitos países Sul-americanos saíram de uma condição relativamente estável para outra de crise política/econômica, que colapsou os governos progressistas. *“However, the new global divide was marked by normative and progressive assumptions, sustaining imprecise categories, bearing different political and normative interpretations upon the future, despite their real achievements”* (Vivares, 2018, p.3).

## 2.3 UMA FOTO ESTRUTURAL DO SISTEMA INTERNACIONAL E DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: COMEÇO E FIM DA TERCEIRA FASE DE INTEGRAÇÃO.

Nesta subseção, portanto, concentraremos a atenção sobre os elementos estruturais da economia mundial que nos ajudarão a explicar o ponto de inflexão dessa última fase acima mencionada (Sul-americanista). Veremos as principais tendências

---

17. Não que o Liberalismo não seja uma orientação política; portanto, falamos de uma orientação diferente e assumida, não é velada pela retórica.

internacionais que levaram à superação ou enfraquecimento da integração aos moldes vistos na terceira fase, em favor da aparente<sup>18</sup> retomada da agenda neoliberal sobre a região, ao mesmo tempo que a “globalização” oscila vistas às tendências mundiais que destacamos ao princípio deste trabalho. Para tal, retomaremos a década de 1990.

A partir da década de 1990, o sistema internacional sofreu importantes alterações em sua relação de poderes interestatais. O poder econômico dos Estados Unidos da América no sistema internacional se estendeu com o fim da URSS; além disso, a região do Pacífico asiático experimentou alta expansão comercial e força de gravitação de capitais, especialmente depois da entrada da China na Organização Mundial de Comércio.

Alguns dos efeitos disso sobre a América do Sul foi um cenário favorável para exportação de produtos primários entre os anos 2000 – 2014 e importação de manufaturados. As exportações aumentaram com crescimento da demanda internacional e aumento do preço internacional das commodities; elementos ligados à competitividade chinesa em produtos manufaturados, baixos salários e transformação do padrão de consumo neste país (Pérez-Oviedo, et al, 2018, p.121), que por sua vez reduziu o preço de produtos manufaturados internacionalmente.

Para entender essas transformações quantitativamente, e seus efeitos sobre a integração regional latino-americana, Wilson Pérez-Oviedo, John Cajas-Guijarro, e Maria Cristina Vallejo (2018), aplicaram um método<sup>19</sup> de análise que lhes permitiu atribuir relevância econômica/comercial a um país inserido na rede comercial internacional e sub-regional em relação a outros países. Também analisam o nível de coesão dos blocos regionais baseados nas receitas geradas dentro dos blocos e nas relações comerciais destes com o resto do mundo. Na próxima subseção, nos valeremos dos dados e índices formulados por esses autores para melhor entender a estrutura internacional do século XXI e seus efeitos sobre a terceira fase de integração, que pretendemos analisar e descrever. Consideraremos os dados apresentados e suas

---

18. Por ser tão recente.

19. *Our methodology is based on network theory. But instead of emphasizing on conventional indicators (such as centrality, agglomeration, degree distribution, betweenness, etc.), for our study we used a different approach. In our approach, higher exports led to income increases for countries, expanding its aggregate demand (assuming a constant marginal propensity to consume) and, therefore, increasing imports (assuming a constant marginal propensity to import as well), but since imports are equivalent to exports of other country, the last obtains new income that expands its aggregate demand, and so forth, creating a “chain effect”. Based on this logic, we were able to obtain an “income elasticity” of one country relative to another, namely the rate of change in the income of one country (j) when the income of the other country increases by 1% (i). We named this indicator the “relevance index” of i on j. By doing this for each pair of countries, we obtained an asymmetric matrix of relevance indexes that captured the importance of each country relative to others (Pérez-Oviedo et al, 2018p.123).*



conclusões como verdadeiros.

### 2.3.1 Hierarquia Internacional.

Os Estados Unidos da América, entre 1991 – 2000, foi o país com maior crescimento e influência internacional, o que a partir de 2000 se reduziu. Esta redução veio acompanhada do crescimento da participação chinesa no comércio mundial desde 1992. No entanto, os Estados Unidos da América seguem com maior participação (em termos de importação/exportação e PIB/per capita). Em ordem de relevância, ou peso, no comércio global estão, respectivamente, Estados Unidos da América, China, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Japão e Países Baixos. Outros países importantes, mas não ao centro da rede comercial são, Rússia e Índia.

Em relação a América do Sul, a China é o país com maior influência econômica depois dos Estados Unidos da América; o Brasil fica em terceiro, enquanto que os demais países da região não possuem relações comerciais significativas entre si.

O Brasil elevou sua participação no comércio internacional entre 1991 – 2014. Mesmo que, muito distante de países como Estados Unidos da América, China ou Rússia (no sistema global), esse leve aumento consolidou a unipolaridade comercial brasileira na América do Sul; em relação aos vizinhos latino-americanos.

Concentrando-se na região Sul-Americana, o mesmo método, aplicado a nível global, indica que os países com maior peso econômico/comercial na rede de comércio local, depois dos Estados Unidos da América e China, são Brasil, Colômbia, e Argentina.

Os Estados Unidos da América tem maior influência sobre Colômbia, Equador e Venezuela – a China fica em segundo plano. Os países mais influenciados pela China são Chile, Peru e Uruguai.

O Brasil, por sua vez, recebe influência econômica/comercial, de maneira mais relevante, tanto dos Estados Unidos da América quanto da China, por outro lado influencia quase nada estes dois.

O Brasil tem maior peso<sup>20</sup> sobre a Argentina, Bolívia, Paraguai, Chile, Peru e Venezuela, ficando atrás dos Estados Unidos da América e China; o Brasil também tem alguma relevância na Colômbia e Equador.

---

20.Considerando a metodologia de Pérez-Oviedo et al (2018), que, por meio de um índice, analisa a estrutura hierárquica da América do Sul.

Based on Brazil's relevance in South America and its asymmetric commercial relevance with core countries, it can be considered to be a regional "sub-core". Also, based on the commercial relevance of Brazil and Argentina (the two largest economies in the region), we concur with Schenoni (2014) who stated that: "[...] through the historic process of a Brazilian-Argentinian bipolarity to their current state [...] we can conclude that for the second lustrum the South American subsystem will turn into a unipolar system given that the regional power of Brazil was three times larger than that of Argentina." It is also interesting to note that the South American country most influenced by Brazil and Argentina is Bolivia, which has been increasingly influenced since 2000. Consequently, Bolivia seems to be more oriented toward the Atlantic Ocean now, and therefore, its integration into the MERCOSUR (achieved in 2016) makes sense (Pérez-Oviedo et al, 2018, p.127-128).

Pérez-Oviedo et al (2018), revelam que nenhum país Sul-americano pode ser considerado, no período estudado, parte do centro nas redes de comércio global. Atualmente esta região mostra dependência aos países centrais e ao mesmo tempo possui fracos elos comerciais intra-regional, assim como outros países que fazem parte da rede comercial. O Brasil, por exemplo, que é considerado um subcentro, se encaixa nesta condição. Os esforços de integração regional deste século (XXI) foram importantes, portando, na tentativa de tornar a região parte relevante no comércio mundial (Pérez-Oviedo et al, 2018, p.122).

E, ainda falando do Brasil, é importante destacar que, apesar de seu papel econômico central na América do Sul, ainda deixa a desejar se o considerarmos como um líder em potencial dentro da hierarquia regional.

[...] o Brasil cumpre um papel significativo nas exportações da Bolívia (compra 33% do total), do Paraguai (23,5%), da Argentina (20,8%) e do Uruguai (20,7%). Porém, o peso da economia brasileira nas vendas dos demais vizinhos é irrelevante: Chile (6%), Peru (2,5%), Colômbia (2,3%) e Equador (0,3%). No caso destes últimos países, as quatro economias do Pacífico, também chama a atenção uma baixa vinculação comercial com o restante da América do Sul (Severo, 2015, p.247).

Portanto, entre 1989 e 2010, houve aumento da importância do Brasil, como supracitado, nas exportações da Bolívia, (de 2,7% para 33,3%), Argentina (de 12,9% para 21,2%) e da Colômbia (de 0,3% para 2,4%). Não obstante, reduziu-se no Uruguai (de 37,2% para 23,5%) e Paraguai (de 25,6% para 16,8%). No caso do Chile, Peru, Venezuela e Equador, não houve importantes alterações:(6%), (2,3%), (1,2%) e (0,3%), respectivamente (BASTOS, 2012, p.51). Mesmo assim, é importante considerar que os esforços brasileiros surtiram efeito na aproximação regional, mesmo que ainda precise

expandir-se mais naqueles países menos próximos comercialmente e politicamente.

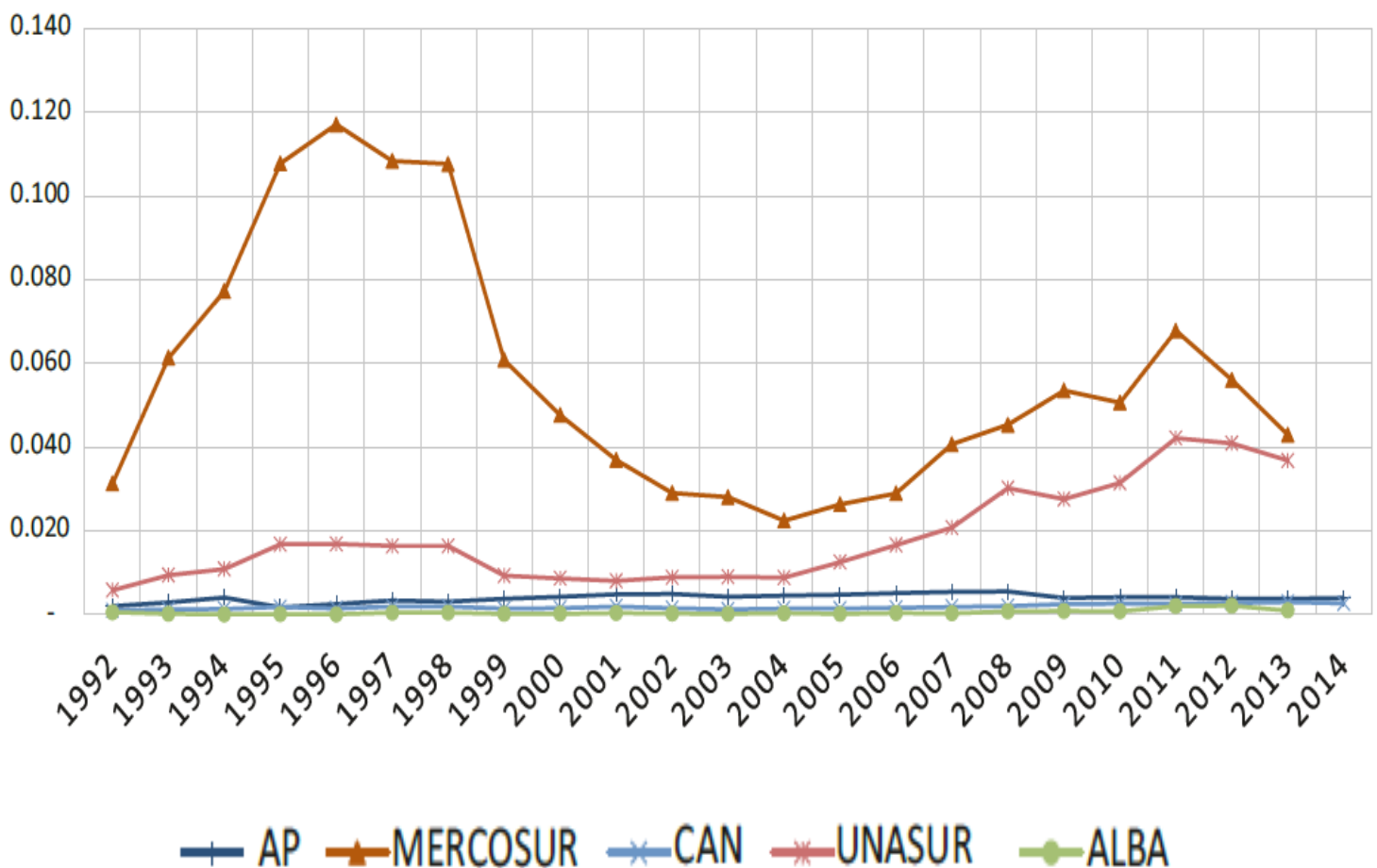
### 2.3.1.1 Coesão econômica dos blocos regionais.

Essa estrutura mais recente do sistema internacional teve efeito direto nas relações econômicas da América do Sul e seus blocos regionais, assim como na relação intrabloco; ou seja sobre o processo de integração regional.

Pérez-Oviedo et al (2018) apresentam em seu trabalho índices<sup>21</sup> de coesão para avaliação da integração regional. O seguinte gráfico ilustra o nível de coesão interna dos principais blocos regionais da América do Sul entre 1992 – 2014; baseado nas receitas geradas pelas relações comerciais dentro dos blocos econômicos e das receitas geradas pelas relações comerciais destes com o resto do mundo.

Observe o seguinte gráfico:

**Gráfico 1: Coesão dos Blocos Regionais**

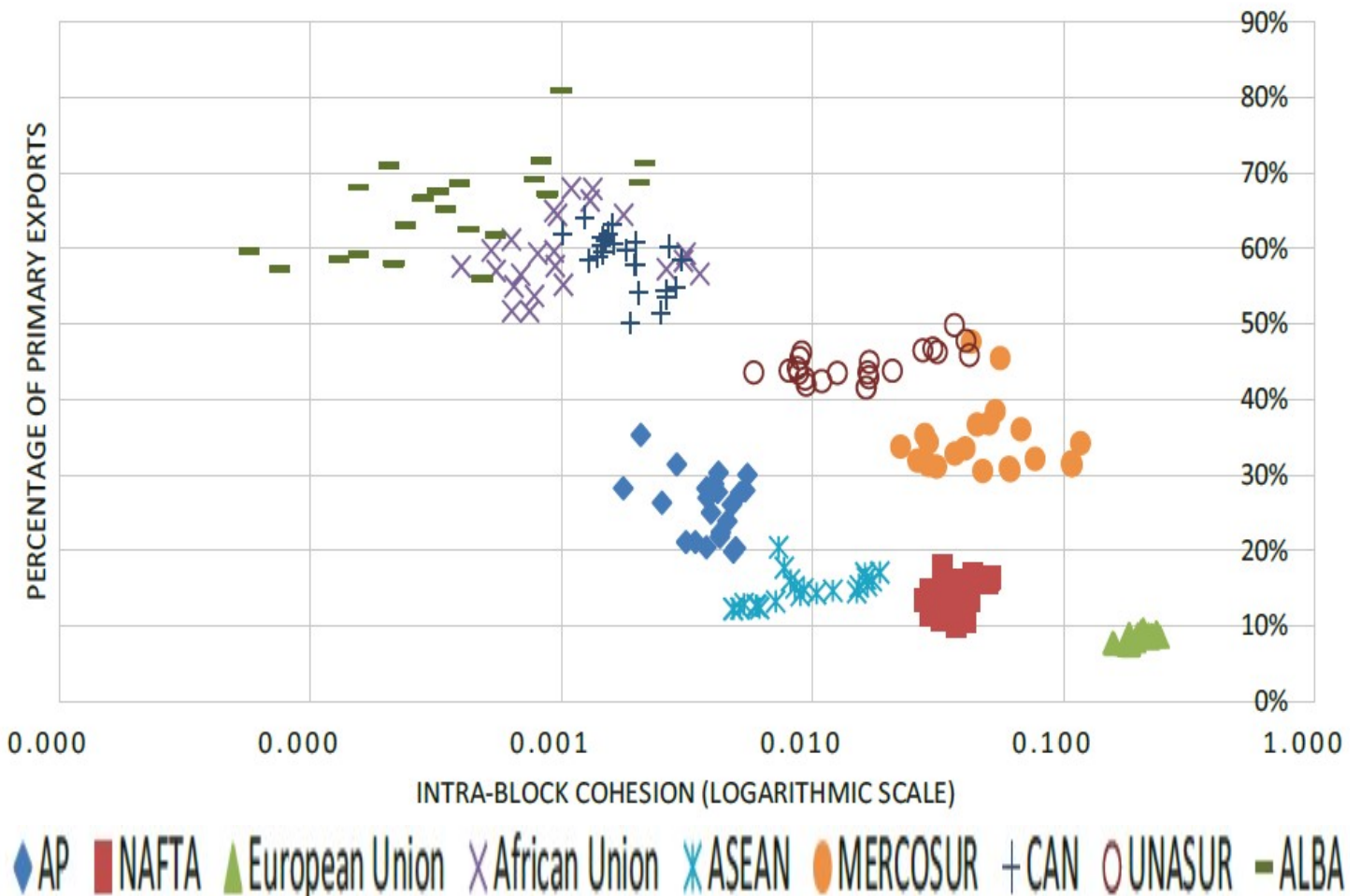


21 - "The processes of regional integration are evaluated using the cohesion index (see Pérez-Oviedo et al. 2016) calculated for each block. This index is calculated as the ratio between the strength of income interactions within members of each group and the income interactions between the group and the rest of the world ..." (Pérez-Oviedo et al, 2018,p.134).

Fonte: (Pérez-Oviedo et al, 2018,p134).

Embora a coesão do Mercosul tenha se reduzido desde 2011, mostra-se como o bloco com maior força econômica e política de integrar a região Sul-americana; vale considerar aqui a importância do Brasil como a maior economia do Bloco e o país mais influente sobre a região. Isso tem a ver com a maior ou menor participação de produtos primários ou manufaturados na balança comercial de cada bloco. Abaixo segue um gráfico que ilustra a correlação entre o grau de coesão de cada bloco e a porcentagem de produtos primários sobre as exportações:

**Gráfico 2: Correlação entre pauta exportadora e coesão do bloco<sup>22</sup>**



Fonte: (Pérez-Oviedo et al, 2018, p.135)

Demonstra-se que quanto menos dependente das exportações de produtos primários, maior a coesão interna do bloco e maior sua participação no comércio

22. Este gráfico foi extraído tal qual se apresenta na fonte. AP: Aliança do Pacífico; NAFTA: Acordo de Livre Comércio da América do Norte; ASEAN: Association of Southeast Asian Nations

internacional. Por outro lado, quanto maior o papel da esfera produtiva de produtos primários na economia, menor a coesão interna do bloco e menor sua participação no comércio internacional.

Na tabela abaixo, estão sintetizados alguns dos principais elementos que dizem respeito à estrutura do comércio regional no período analisado pelos autores supracitados:

**Tabela 1: Características Quantitativas da Integração Sul-americana**

a) a relevância econômica dos Estados Unidos da América (2013) sobre a ALBA (nível de 0,1304) supera a participação dos americanos no resto do mundo (0,077).
b) Nenhum outro bloco regional superou entre 1992-2014 o nível de coesão do Mercosul na década de 1990.
c) As interações comerciais intragrupo regional enfraqueceu desde 2004, enquanto a interação dos blocos regionais com o resto do mundo elevou-se.
d) A ALBA e o CAN assemelham-se à União Africana, visto que possuem baixa coesão interna e mais de 50% de suas exportações pautadas por produtos primários; por outro lado o Mercosul possui coesão similar ao NAFTA, no entanto com maior participação de commodities em suas exportações.
e) ALBA e CAN são os blocos regionais com menor relevância no comércio mundial e com maior concentração de produtos primários em suas exportações; o Mercosul, por outro lado, é o bloco com maior impacto mundial e com menor concentração de commodities em suas exportações.
f) ALBA, além de possuir a menor balança comercial industrial, a taxa de participação da indústria tem se deteriorado desde 2006; o CAN e Mercosul possuem melhor trajetória nesse sentido, explicando em partes a trajetória positiva da UNASUL como um todo.
g) “In summary, the Mercosul presents the most favorable results, the CAN seems to be trapped in balanced primary specialization, and the ALBA seems to be an extremely unbalanced block. These extreme situations make the UNASUR end up in the middle” (Pérez-Oviedo et al, 2018, p.41).

**Fonte:** Tabela nossa e informações em Pérez-Oviedo et al, 2018, p.139-41.

### 2.3.1.2 Reprimarização econômica.

Portanto, a partir dessa “foto” das relações econômicas entre os Estados no sistema internacional e na América do Sul, assim como do processo de integração regional, destacam-se os elementos externos que influenciaram significativamente esta fase do regionalismo: a alta dos preços das commodities e o posicionamento da República Popular da China como um dos mais novos e importantes polos de influência internacional. São fenômenos coincidentes com a busca regional por capitais para

financiamento da expansão econômica capitalista. Os governos latino-americanos conseguiram acumular divisas por meio de exportações de produtos primários, redução dos preços internacionais de mercadorias manufaturadas e por novas fontes de recursos (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Estados Unidos da América, China) (Stanley e Alonso, 2018, p.105-106).

In fact, China now ranks second worldwide just behind the US economy, although it remains categorized as a middle income country. Likewise, and after decades of being ranked amongst the largest recipients of foreign direct investments, its go out policy and a fierce appetite first for resources and recently for technology transformed China in a net capital exporter (Stanley e Alonso, 2018, p.106).

Não obstante, o cenário favorável as exportações de commodities se reverteu gerando sérios problemas aos países da América do Sul,

An important characteristic of the third stage of regional economic integration, is that, until recently, it developed in parallel to a process of “reprimarization” in the region, primarily in South America from which significant resources that played an important role in the development of this third stage have derived, particularly in the case of the Venezuelan oil revenues used by the ALBA (Estay, 2018,p.60).

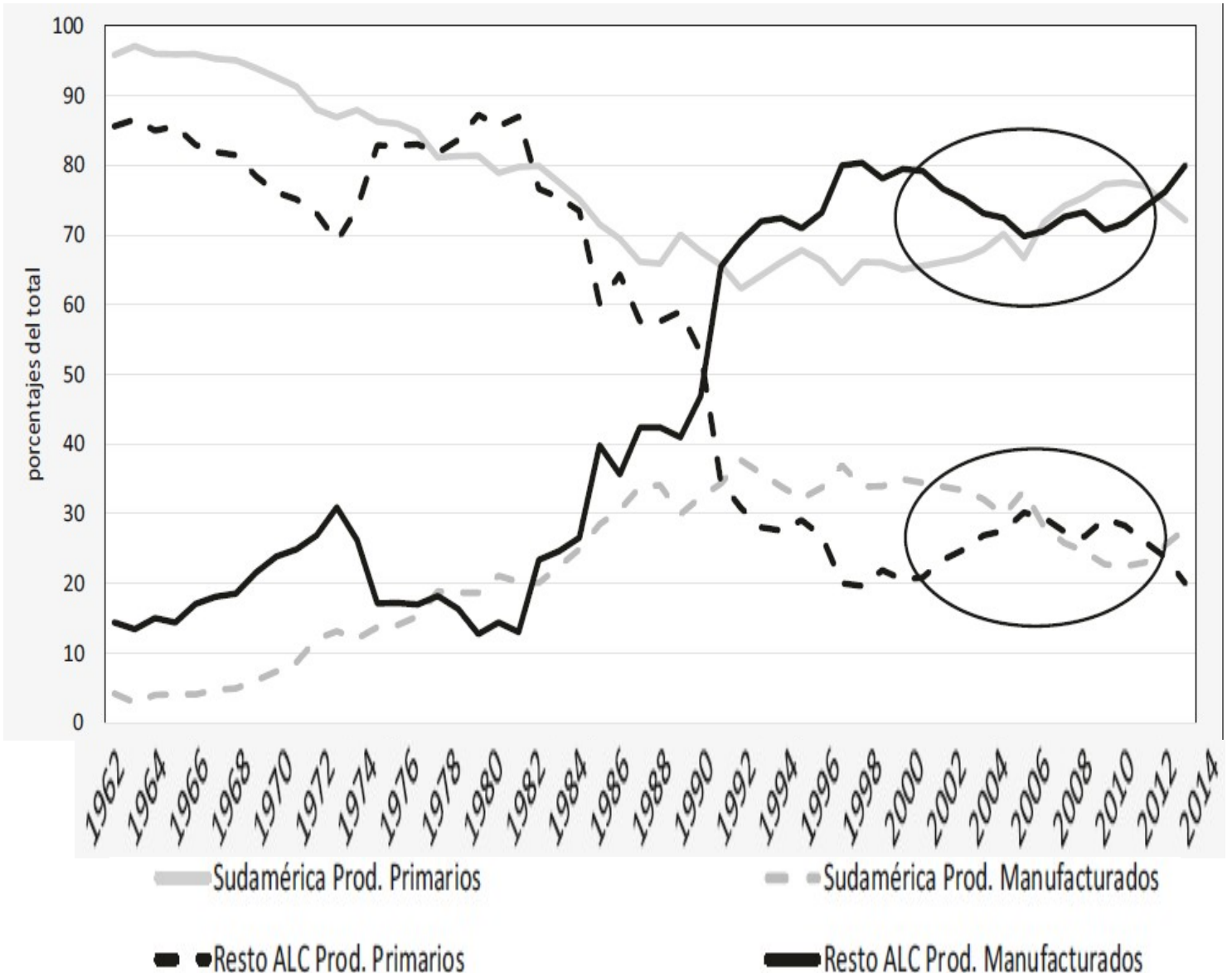
Ou seja, desde 2003, o preço das commodities teve alta, revertendo-se em 2009 e colapsando em 2012. Conseqüentemente (de acordo com dados da UNCTADStat), entre 2003 e 2012, o valor unitário das exportações da América Latina cresceu acima das importações, melhorando em 42% os termos de troca na região e 70% na América do Sul (Estay, 2018,p.60). Tendencialmente, houve valorização da atividade extrativista.

Os preços internacionais elevados das commodities favoreceu a produção e exportação de produtos primários, ampliando as atividades extrativistas e sua participação na atividade econômica dos diferentes países como um todo (Estay, 2018,p.61).

No gráfico seguinte, é possível observar maior participação das commodities no total das exportações desde 1993, na América Latina como um todo, contra a tendência nas décadas anteriores de elevação das exportações de manufaturados. Para a maioria das décadas analisadas (do desenvolvimentismo), menos entre 1979 a 1983, os produtos primários, no total das exportações, compõe maior parcela na América do Sul; se comparado ao resto da região latino-americana. Esta diferença regional foi ainda maior nas últimas décadas, pois o crescimento das

exportações de manufaturados do México para os Estados Unidos da América cresceram no setor das maquilas e montadoras (Estay, 2018, p.61).

**Gráfico 3. Porcentagem da Composição das Exportações da América do Sul e do Resto da América Latina e Caribe.**

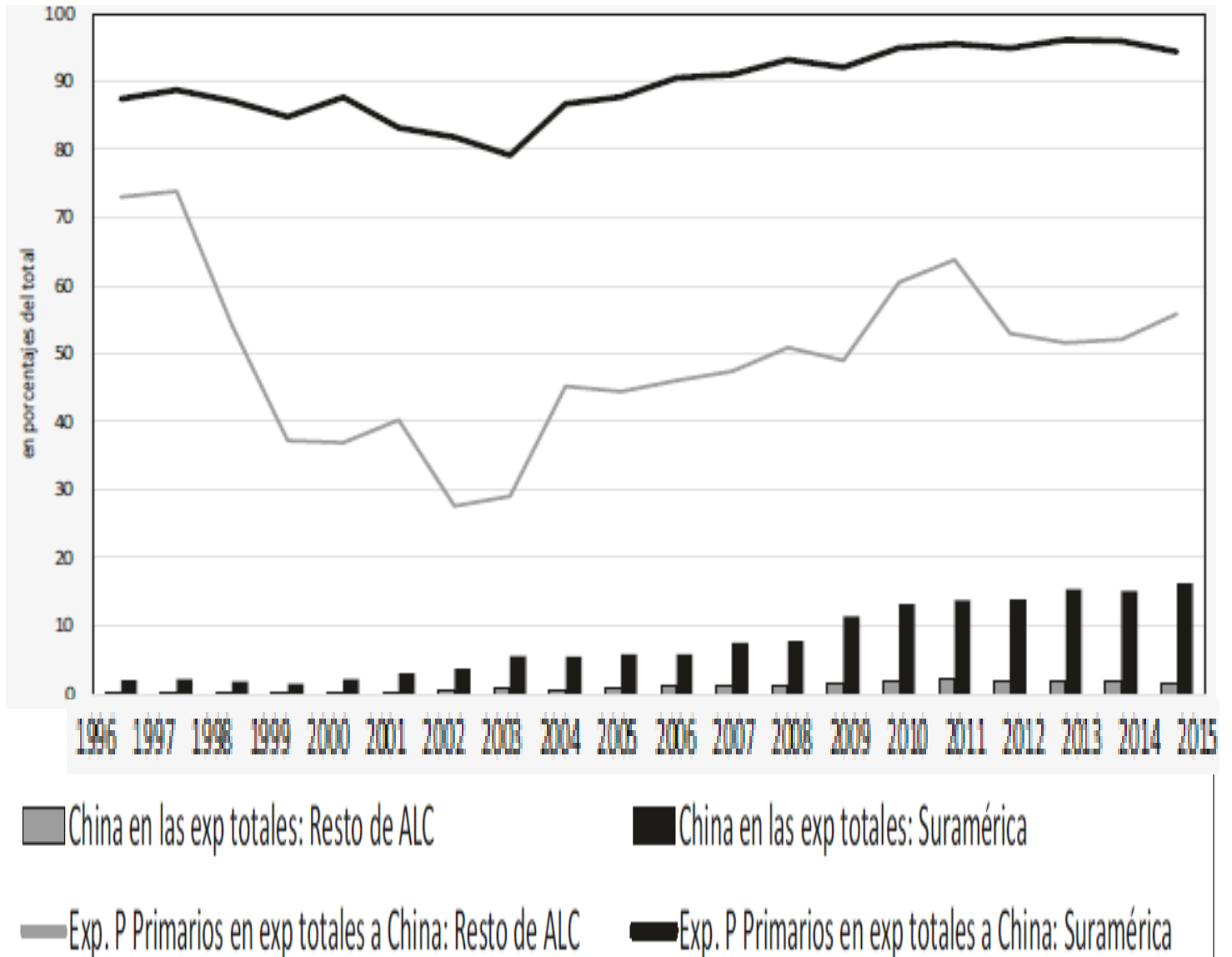


**Fonte:** CEPAL, Base de Datos Del Comercio Exterior, em Estay, 2018,p.62

No próximo Gráfico, observa-se que a participação da China nas exportações totais da América do Sul aumentou cerca de 3% no início deste século (XXI) e em mais de 15% de 2013 a 2015. Por outro lado, as exportações do resto da região para a China não excederam 2% de suas exportações totais. Nos 20 anos observados abaixo, a maior parte das exportações da América do Sul para a China eram produtos primários, ampliando a tendência desde 2003, representando cerca de 95% do total das

exportações para este país desde então (Estay, 2018,p.62).

**Gráfico 4: Exportações Totais e Primárias para a China, desde Sul-americana e Resto da América Latina**



**Fonte:** UNCTAD, Base de dados UNCTADStat, em Estay, 2018,p.63

Apesar da maior parcela de commodities nas exportações da América do Sul para fora da região (especialmente para a China), no comércio intra-regional, houve diversificação das exportações, com relevante participação de manufaturas.

**Tabela 2: Porcentagem da Composição das Exportações por Região da América Latina 1995 – 2015**



	<i>South America</i>		<i>Rest of the LAC</i>	
	<i>Primary products</i>	<i>Manufactured</i>	<i>Primary products</i>	<i>Manufactured</i>
1995	49.2	50.8	34.6	65.4
1996	50.3	49.7	34.9	65.1
1997	45.3	54.7	34.6	65.4
1998	43.7	56.3	34.1	65.9
1999	47.7	52.3	39.1	60.9
2000	51.3	48.7	43.9	56.1
2001	49.2	50.8	43.4	56.6
2002	50.1	49.9	39.2	60.8
2003	48.9	51.1	41.6	58.4
2004	48.8	51.2	41.6	58.4
2005	47.7	52.3	36.3	63.7
2006	46.8	53.2	32.8	67.2
2007	47.8	52.2	32.5	67.5
2008	50.2	49.8	32.7	67.3
2009	47.0	53.0	27.8	72.2
2010	47.3	52.7	27.6	72.4
2011	49.5	50.5	29.0	71.0
2012	49.5	50.5	30.1	69.9
2013	46.6	53.4	27.6	72.4
2014	51.6	48.4	32.8	67.2
2015	47.0	53.0	34.2	65.8

**Fonte:** UNCTAD, database UNCTADStat, em Estay, 2018,p.64.

Portanto, essa dinâmica comercial orientada pela China sobre a América do Sul estaria, contraditoriamente, favorecendo conjuntamente o Sul-americanismo, mas comprometendo-o estruturalmente, pois

[...] há vantagens para a América do Sul, que algumas vezes projeta sobre as relações com Pequim mais possíveis soluções do que eventuais inconvenientes. Sem dúvida, a China tencionou para cima o preço dos produtos primários que compra e empurrou para baixo o preço dos produtos manufaturados que vende. Houve, assim, até cerca de 2011, uma considerável reversão da deterioração dos termos de intercâmbio em quase todos os países sul-americanos. Em algumas economias a melhora foi mais acentuada, como na Venezuela, no Chile, no Peru e na Bolívia. Em menor grau, Colômbia, Argentina e Equador também se beneficiaram (ROSALES & KUWAYAMA, 2012, p.74). Em última instância, a intensidade das melhorias está relacionada com as chamadas tipologias das economias primário-exportadoras, apresentadas há meio século por Celso Furtado (1970, p.61-65).

No entanto, dependendo de como se utilizem os recursos, as exportações de primários e os investimentos externos da China também podem contribuir para

petrificar o padrão de especialização produtiva da região. Os países pouco industrializados podem ver-se estimulados a aprofundar a sua condição primário-exportadora, cada vez mais vinculada ao sudeste asiático. Por sua vez, os países mais industrializados, com a perda de espaço na região e inclusive dentro de seus próprios mercados internos, podem sofrer processos de desindustrialização. Portanto, a situação se complica nas duas pontas. A economia chinesa se torna a maior importadora e a maior exportadora. (Severo, 2018, p.6).

### 2.3.2 Os Limites da Terceira Fase de Integração.

Como vimos, a Ásia tem priorizado na América do Sul o investimento em fatores de produção voltados aos produtos de baixo valor agregado, levando ao enfraquecimento gradual do comércio intra-regional e o desenvolvimento de cadeias globais de valor/regional. Um tipo de “neoextrativismo” vem fortalecendo a dependência da exportação de commodities. Os impactos sobre o fluxo comercial intrarregião enfraquecem a integração comercial aos moldes do Sul-americanismo, que ampliaram o horizonte econômico (Quiliconi e Salgado, 2018, p.299). Quiliconi e Salgado (2018, p.300-301), consideram que a região passou, a partir dos anos 2000, por uma transição, onde a integração regional de sentido estritamente econômico da década de 1990 perdeu espaço político; favoreceram-se (no campo das ideias) no âmbito da UNASUL novos temas.

Mas não avançaram a agenda comercial dos antigos instrumentos de integração como a CAN e o MERCOSUL. Perdeu-se o ímpeto de seus objetivos iniciais e primários; foi uma década de reprimarização das economias Sul-americanas. Estas fundamentaram-se materialmente nas exportações de produtos primários, reduzindo incentivos para expandir o comércio intra-regional.

Em decorrência dessa dependência de divisas do comércio de commodities, enquanto a China e o Pacífico asiático se consolidaram como parceiros comerciais da América do Sul, criou-se em 2012 a Aliança do Pacífico. Foi resultado de uma reaproximação comercial de países orientados por governos de orientação liberal (conservadora).

Ao mesmo tempo, os governos Sul-americanistas foram gradualmente substituídos, “[...] *it could be envisaged as the beginning of a period of post-boom commodities in the region in which trade integration returns to the regional agenda*” (Quiliconi e Salgado, 2018, p.294). Mas essa não seria meramente questão de mudança política, trata-se também de uma considerada estagnação na integração econômica

(Comercial, produtiva e financeira) (Quiliconi e Salgado, 2018, p.299).

Com o impeachment de Dilma Rousseff (2016), a UNASUL ficou desamparada politicamente; já que nem Argentina e Venezuela apresentam melhores condições políticas ou econômicas para tal. O governo brasileiro tem se realinhado ao “Norte”, em detrimento das atividades regionais, exceto a Aliança do Pacífico; que é um projeto avesso à UNASUL. A Argentina de Mauricio Macri é observadora na Aliança do Pacífico e publicamente desinteressado em empreendimentos Sul-americanos, exceto o MERCOSUL, onde junto ao Brasil buscam excluir a Venezuela. Por fim, a Venezuela, em uma profunda crise política e socioeconômica, está com sua posição internacional deteriorada (Quiliconi e Salgado, 2018, p.299-300).

Trata-se de um contexto de mudanças. Em suma, temos: uma contestação neoliberal internacional; perda da liderança regional Sul-americanista, pois a priorização da política deu-se em detrimento dos avanços econômicos necessários para o aprofundamento da integração regional; consequente debilidade econômica dos instrumentos de regionalismo e integração; mudança na agenda regional mais favorável ao comércio (fora da região) (Quiliconi e Salgado, 2018, p. 300-301).

### *2.3.2.1 Interesses regionais fragmentados.*

Analogamente à fragmentação regional pós-independência, na formação de vários Estados nacionais, dados seus diferentes interesses inter-regionais – a despeito dos projetos unionistas daquele contexto –, os subsequentes projetos integracionistas do século XX-XXI seguiram o mesmo caminho; fragmentação de interesses e projetos.

Nessa subseção, apenas destacaremos que o regionalismo Sul-americano tem se dividido em torno de interesses intraregionais heterogêneos; mostrando-nos que não se trata de um movimento único e coeso. Quiliconi e Salgado (2018) chamam esta fase de “Regionalismo à la Carte”. Indicam que as instituições de integração regional, criadas no século XXI, não representam os interesses coletivos dos Estados latino-americanos de forma unitária.

Desta forma, o regionalismo latino-americano mostra-se heterogêneo. São interesses diferentes<sup>23</sup> cristalizados num mesmo sistema internacional (Quiliconi e

---

23. “Scholars such as Quiliconi (2013) suggested that the hemisphere was divided between two opposite models of integration (Atlantic versus Pacific), or in some cases even three (revisionist, anti-systemic, and open integration) (Briceño Ruíz, 2013)” (Quiliconi e Salgado, 2018, p.294).

Salgado, 2018). As diferenças são:

**Tabela 3: Organizações Regionais Criadas no século XXI e Seus Diferentes Objetivos**

ORGANIZAÇÃO	OBJETIVOS
<p><b>ALBA: 11 Estados-Membros do Caribe e América do Sul, inclusive Bolívia, Ecuador e Venezuela.</b></p>	<p>Unificar as capacidades e os pontos fortes dos membros para produzir transformações estruturais e a rede de sistemas necessária para um desenvolvimento integral.</p> <p>Defender a independência, autodeterminação e identidade de seus membros.</p>
<p><b>UNASUL all 12 South American states</b></p>	<p>Criar um espaço para integração e um espaço cultural, social, união econômica e política entre os povos, priorizando o diálogo político, bem como os aspectos sociais e políticas educacionais.</p> <p>Promover o diálogo político, a integração da comunidade sul-americana, e sua projeção mundial.</p> <p>Apoiar o desenvolvimento social e humano, erradicar pobreza e superação das desigualdades na região.</p> <p>Consolidar uma identidade sul-americana</p> <p>Proteger a biodiversidade, os recursos hídricos e os ecossistemas.</p> <p>Promover a diversidade cultural</p> <p>Cooperar na área de segurança humana e intercâmbio de informação e experiências no campo da defesa.</p>
<p><b>CELAC: 33 Estados-membros da América Latina, inclusive os 12 da América do Sul.</b></p>	<p>Promover e projetar uma voz harmonizada da América Latina na discussão política sobre os grandes temas e eventos relevantes, regional e globalmente.</p> <p>Tornar-se o interlocutor regional na comunidade internacional em conferências e reuniões.</p> <p>Tornar-se um mecanismo de diálogo e</p>

	acordo para o fortalecimento do desenvolvimento social, econômico, político e relações entre os seus membros
<b>Aliança do Pacífico (AP): Chile, Colombia, México, e Peru</b>	<p>Promover a livre circulação de mercadorias, serviços, capital e pessoas.</p> <p>Impulsionar o crescimento, desenvolvimento e competitividade de suas economias.</p> <p>Tornar-se uma plataforma de integração econômica e projeção mundial com ênfase no Pacífico Asiático.</p>

**Fonte:** Quiliconi e Salgado, 2018, p. 295

As diferenças mais contrastantes entre objetivos está entre Aliança do Pacífico (AP) e as outras três organizações regionais. A principal delas é que enquanto os objetivos da AP se concentram no mecanismo econômico de integração e desenvolvimento econômico (comercial), as outras três organizações regionais enfatizam o diálogo político e o desenvolvimento social e humano (Quiliconi e Salgado, 2018, p.296). A Aliança do Pacífico não possui apenas motivação comercial, mas também política, busca constituir uma plataforma de negociação no Pacífico. O Sistema de Integração Centro-americana (SICA), a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Comunidade Andina (CAN) e o Mercosul são exemplos de organizações regionais e sub-regionais que, a despeito dos instrumentos de regionalismo criados nesta fase, têm transformado seus campos de cooperação para adaptarem-se às novas circunstâncias que veremos abaixo (Quiliconi e Salgado, 2018).

Mesmo que ALBA, UNASUL e CELAC enfatizem o diálogo político como mecanismo de projeção internacional, possuem diferentes posicionamentos na política extrarregional. A ALBA, por exemplo, almeja influenciar a mudança de estruturas internacionais e estabelecer objetivos anticapitalistas, ao passo que UNASUL pretende construir uma identidade Sul-americana, já a CELAC pretende tornar-se um interlocutor regional para seus membros com organizações internacionais extrarregionais (Quiliconi e Salgado, 2018, p.296).

Nenhuma de todas as organizações supracitadas contém todos os objetivos possíveis em comum. Desta forma o regionalismo Sul-americano<sup>24</sup> não pode ser

---

24. Nas primeiras duas décadas do século XXI.

considerado um projeto “único”, apesar de a UNASUR sugerir a convergência do CAN e Mercosul, que têm tido a combinação de seus acordos comerciais sistematicamente evitados. Isso vem formando uma divisão de interesses sobre a região Sul-americana.

*In contrast to the economically driven regionalism of the AP, the three other new initiatives are embedded in a “re-politicization” (Dabène 2012) of LA in which the overlapping existence of economically and politically driven regional initiatives reflects the alternative ideologies that have prevailed in the region and that ended up creating a complex geopolitical map of variable geometry in which various alternative projects coexist (Sanahuja 2014) (Quiliconi e Salgado, 2018, p.296).*

### 2.3.2.2 Questões contemporâneas.

Por fim, queremos destacar que, no Sistema Internacional contemporâneo, além da crise financeira de 2008 e os problemas decorrentes do multilateralismo comercial da crise da Rodada de Doha, adiciona-se as incertezas da União Européia com o Brexit e a presidência de Donald Trump no governo dos Estados Unidos da América; marcando um período de protecionismo, guerras comerciais e “nacionalismo econômico”, observados no abandono dos Estados Unidos da América do Tratado do Transpacífico (TTP) e suas políticas étnicas anti-Latino-americanos e enfraquecimento do NAFTA. Ademais, estão as incertezas sobre o papel que a China terá como ator global de frente à atuação dos Estados Unidos da América (Estay, 2018,p.65).

Ademais, tanto a globalização quanto o regionalismo estão ameaçados. Com as recentes políticas protecionistas dos Estados Unidos da América e suas ameaças à China, ao Mundo Árabe e aos emigrantes latino-americanos, a estrutura internacional oscila frente as políticas externas Norte americanas. Com a tentativa de renegociação do NAFTA, pode voltar à agenda regional a dominação Americana sobre a América Latina com o retorno de tratados de livre comércio bilaterais desfavoráveis à periferia, expandindo o NAFTA sobre a região. Além disso, o Brexit põe a União Européia sobre questionamentos quanto ao futuro desta.

Em meio a isso, o Mercosul e os países Andinos interessados em acordos bilaterais com Estados Unidos da América e União Européia (UE), enfrentam um cenário desfavorável que está sendo redesenhado pelo crescente protecionismo nas economias centrais.

A partir disso, temos três problemas principais nessa terceira fase do

regionalismo: a) fim do boom das commodities, b) fim das lideranças progressistas que apoiava politicamente a terceira onda e c) o começo do retrocesso da globalização da década de 1990, reconduzindo as prioridades dos Estados Unidos da América e União Européia (UE), deixando espaço aos projetos chineses sobre a região Latino-americana. “It is still early to diagnose whether post-liberal or post-economic regionalism will survive these deep challenges but it will definitely be deeply affected facing these deep changes” (Quiliconi e Salgado, 2018, p.303-304).

Consensualmente, não se definiu esse contexto histórico como o fim da ordem mundial do pós-1945 ou como uma desordem internacional pós-crise ocasionado pela crise de 2008.

Diante desse quadro geral que envolve a Terceira Fase, ficou evidente que alguns países desenvolvidos, temporariamente, mostram ter sucesso por meio de bons indicadores de mercado, intervenção estatal, competição internacional vantajosa por meio de redes produtivas transnacionais que elevaram os preços das commodities, etc. No entanto, esses bons resultados não se transmitem para regiões subdesenvolvidas em forma de mudanças estruturais consolidadas. “ Value chains and North-South fragmented production networks have risen with strong state-led technological incentives, but not sufficient to consolidate Southern technological structural hubs” (Vivares, 2018, p.6).

Por isso, as estruturas regionais da América Latina, estão se mostrando resilientes. São países com grandes desigualdades sociais em seus centros urbanos, dependentes de intermediação financeira global e em processo de desindustrialização. Apesar dos grandes resultados sociais obtidos durante a terceira fase, coisas como a estrutura de desenvolvimento desigual permaneceram, mergulhando a realidade regional num conflito entre orientações neoliberais e conservadoras. Ou seja, mesmo com o rápido crescimento e a nova configuração regional mostrarem-se evidentes nesse terceiro padrão de regionalismo, não mostraram-se avanços em relação às limitações da globalização Neoliberal e da pacificação ocidental.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Por fim, nossos objetivos neste trabalho foram descrever e analisar o processo de regionalismo Sul-americana entre os anos de 2000-2018, dando principal ênfase aos fatores políticos e econômicos do sistema internacional por trás desse período, ou Terceira fase do Regionalismo. Essa última fase foi uma fase de governos ditos progressistas, os quais entraram em coalizão a partir, mais ou menos, dos anos 2000, mas que, pelas tendências que vimos, esvaíram-se diante de diversas crises nacionais e internacionais de ordem política, socioeconômica, moral, etc. Isso, sendo fruto das limitações estruturais das economias da região. Essa última fase de integração que analisamos sustentou-se em elementos conjunturais fundamentados (em partes) na alta da demanda e dos preços das commodities e alimentos, assim como a redução dos preços de mercadorias manufaturadas; mas também fundamentou-se na rejeição social às receitas neoliberais do Regionalismo Aberto. Mas, quando a conjuntura favorável passou, o que deu apoio ao surgimento da Terceira Fase passou junto. Este ponto crítico do regionalismo Sul-americano foi o que descrevemos e analisamos para entender as tendências da Integração regional Sul-americana, inserida na dinâmica do capitalismo mundial contemporâneo.

Para chegar a esse ponto, buscamos entender pela história a formação e transformações do processo integrador. Tratou-se de um fenômeno político, econômico e cultural comum, que se motivou pela busca regional por independência da condição colonial e desenvolvimento material da qualidade de vida humana. O que se desdobrou em vários projetos e tentativas de ampliação ou redução da autonomia externa e desenvolvimento interno da região. Por exemplo, o projeto de Simon Bolívar versus a Doutrina Monroe. Vimos que a América Espanhola se fragmentou em diversos Estados nacionais no século XIX. De um lado estavam os Estados hispânicos do outro o Estado lusitano. Dois lados distanciados por diferenças políticas e culturais. No entanto, esta distância se reduziu com a ampliação do conceito de América Latina, que passou a incluir o Brasil como Estado chave na consolidação dos interesses regionais em comum: autonomia e desenvolvimento. Politicamente, o Brasil começou a reconhecer na América do Sul, não na América Latina, um espaço geopolítico estratégico. Isso se refletiu nas ações e pensamentos de importantes personagens políticos do Estado brasileiro. Para apenas mencionar um nome que reflete isso, temos o Barão do Rio Branco. Como vimos, houve uma projeção dos interesses brasileiros sobre a região, os quais se expandiram



com as políticas externas do Brasil no século XX. Foi nesse século, também, que se deram duas fases marcantes do processo de integração regional; foi o século do pragmatismo econômico da integração.

Entre 1930-1990 ocorreu o chamado desenvolvimentismo Latino-americano, ou regionalismo fechado. Este foi marcado pelo Desenvolvimentismo Industrial de Estado, que se formou a partir de um contexto internacional favorável às políticas regionais nacionalistas de desenvolvimento industrial. No entanto, esta fase entrou em crise na década de 1980, com a crise da dívida, dando começo a uma segunda fase entre 1990-2003. Esta fase pode ser chamada de Regionalismo Aberto. Foi marcada pelo Consenso de Washington e hegemonia Estadunidense no sistema internacional, que reinseriu a América do Sul no fluxo de capitais por meio da liberalização da conta de capitais e comercial desta região que estava enfrentando sérios problemas inflacionários. Além disso, houve um número relevante de acordos comerciais e ampliação das relações comerciais, assim como esvaziamento das atividades Estatais formadas na fase anterior, assim como a destruição e venda para estrangeiros de importantes empreendimentos industriais nacionais. Mas terminou, em 2003, diante de um cenário socioeconômico insustentável que vinha se formando ao final da década de 1990, tornando o discurso neoliberal impopular.

Com isso, tomam forças governos Sul-americanos chamados de “progressistas”, os quais marcaram uma Terceira Fase de integração orientada pelo resgate de preocupações regionais com temas além do comércio exterior e politicamente avesso à submissão e vulnerabilidade externa aos países centrais. Essa terceira fase se sustentou economicamente numa conjuntura internacional favorável, graças a expansão Chinesa no sistema internacional; como vimos. Não obstante, com o fim dessa conjuntura favorável, as contradições estruturais da região se agravaram, formando um contexto político interno extremamente agressivo e contra o pensamento e a prática integracionista Sul-americana.

Agora no ano de 2018, quem observa esta última fase em crise pode pensar que se trata do fim do Regionalismo Sul-americano e de um projeto circunscrito ao século XXI e suas primeiras duas décadas; projeto este que trouxe consigo importantes discussões quanto à maior autonomia externa e desenvolvimento interno via Integração regional. Não obstante, se olharmos o processo de Integração da América do Sul como um fenômeno único, em vez de fases, – repetindo: como um projeto regional de busca por autonomia externa e desenvolvimento material interno via Integração regional – que se

inicia até mesmo muito antes das independências do século XIX, com a formação de uma consciência de território, economia e cultura comuns, entenderemos que o regionalismo do século XXI faz parte de um longo processo de altas e baixas, avanços e retrocessos, cenários externos mais favoráveis ora menos favoráveis; como agora. Um processo que somente a história poderá contar como os homens, mulheres e crianças Latino-americanos deste século o conduziram.

Acrescentado a essa visão, podemos pensar que este cenário internacional menos favorável, que balança as estruturas da hierarquia internacional e sua relação de poderes no século XXI, são fruto da perda de capacidade de respostas equilibradoras dos sistemas político e econômico à expansão do capitalismo em sua lógica atual, talvez ainda pouco compreendida. Como havíamos considerado inicialmente, isso acontece quando os conflitos (de diversas ordens) atingem um nível além da capacidade social de criar tendências contrabalanceadoras ou de se adaptar ao desenvolver novas normas comportamentais e estabelecer novas leis no lugar das antigas. Isso vem acompanhado pela perda de funcionalidade institucional, confusão, ódio e prolongados períodos de violência. Também consideramos antes que, em cada ciclo de expansão que se seguiu no passado, as contradições entre o novo e o velho se tornaram mais evidentes e intensas. Com o crescimento expansivo do capitalismo, sociedades por todo o mundo ligaram-se por vínculos de interdependência e violência de alguma ordem, o que ampliou a vulnerabilidade a processos e desdobramentos sociais não muito bem compreendidos e incontroláveis. Nesse sentido, a violência mostra-se como sintoma e produto da perda de controle diante das transformações. À periferia deste sistema em “caos”, a passividade ou submissão política e econômica da América do Sul pode pôr freios à construção de sua autonomia externa e agravar seu subdesenvolvimento material e cultural.

Mas esse não precisa ser o caminho. Uma alternativa, que não é nova, pode ser a formação de uma divisão produtiva regional, com fluxos comerciais em cadeias produtivas e de produtos manufaturados. Para isso, as economias com indústrias mais desenvolvidas como o Argentina, Brasil, etc, devem aprofundam sua especialização em bens de capital, ao mesmo tempo que favorecem as exportações de produtos manufaturados das economias menos desenvolvidas. Por isso, o(s) líder(es) deve(m) crescer e patrocinar o desenvolvimento dos sócios via comércio, empréstimos e aplicações diretas de recursos; ou seja, os líderes devem ajudar e serem ajudados. Como vimos, o país Sul-americano mais desenvolvido economicamente e que possui maior

influência econômica sobre a região, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e China, é o Brasil. Este é protagonista dos Blocos econômicos regionais mais coesos e ambiciosos da América do Sul. Este país desempenha, portanto, um importante papel de liderança regional, estando a América do Sul fortemente relacionada ao seu próprio desenvolvimento nacional.

Por fim, reafirmamos que, ao Brasil e América do Sul resta-lhes manterem-se como satélite permanente dos países centrais em constante movimento na busca por poder, ou unirem-se ampliando seu poder geopolítico para atuação mais autônoma na esfera nacional, intra e extrarregional. Repetindo o que consideramos ao início deste trabalho, o desenvolvimento (neste século, assim como no passado) deve ser considerado um assunto interno e o regionalismo uma estratégia de ampliação da capacidade de desenvolvimento interno. Não há possibilidade de mobilidade no sistema capitalista contemporâneo sem uma economia dinâmica e um projeto político-econômico expansivo. E fica cada vez mais difícil que algum capital individual ou bloco de capitais nacionais, públicos ou privados, se expanda para fora de suas fronteiras nacionais sem contar com o apoio ativo dos seus Estados; inerente a projetos Estatais “extraterritoriais (Fiori, 2010, p.144).

## REFERÊNCIAS.

- AMIN, S. **Ending the Crisis of Capitalism or Ending Capitalism?** Translated by Victoria Bawtree. Pambazuka Press: Dakar, 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Contra-ponto, UNESP, 1994.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Brasil como potência regional e a importância da América do Sul na sua política exterior**. Revista Temas & Matizes MERCOSUL , Nº 14, 2008.
- BATISTA JR., P.N. **O Plano Real à Luz das Experiências Mexicana e Argentina**. Estudos Avançados. São Paulo: nº 28, setembro/dezembro de 1996.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise**. Observatório da Economia Global. Textos avulsos, nº 10, abril 2012.
- BONENTE, Bianca Ibiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Tese (UFRJ), Niterói, 2014.
- CARR, Eduard Hallett. Vinte anos de crise 1919-1939. Uma introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- CERVO, A.L. **Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque paradigmático**. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25 [2003].
- CHANG, H.J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. UNESP: São Paulo, 2004.
- CIMINARI, Bárbara. **Brasil como potencia regional y las consecuencias para América Latina: Una exploración sobre la realidad**. **Revista de Relaciones Internacionales y Ciencias Políticas**. Universidad Abierta Interamericana (UAI). Vol 3 - Nº 1, pp. 128-143, Junio 2009.
- COSTA, Darc Antonio da Luz . **Idéias para uma Concepção Estratégica: A Defesa Nacional e o Projeto Nacional**. Seminário Política de Defesa para o Século XXI. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Câmara de Deputados, Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Fundamentos para o estudo da Estratégia Nacional**. Gusmão: Paz e Terra 2009.
- EICHENGREEN, B. J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. In: Barry J. Eichengreen; tradução de Sergio Blum. Ed.34. São Paulo: ,2000. 288
- ESTAY, JAIME. **Past and Present of Latin American Regionalisms, in the Face of Economic Reprimarization**. In: International Political Economy Series. University of Massachusetts Boston, USA, 2018 (p.47-77)

EICHENGREEN, B. J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. Tradução de Sergio Blum. 34: São Paulo:2000.

FURTADO, C. **A Economia Latino-Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos**. Editora Nacional: 1986, São Paulo.

FIORI, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. 3a Edição, Editora Vozes: Petrópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. **A propósito da “Construção interrompida”**. Campinas: Economia e Sociedade, 2000. p.1-19.

\_\_\_\_\_. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. Bom tempo: São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_.(2007b). **Nicholas Spykman e a América Latina**. Le Monde Diplomatique. Novembro, 2007.

\_\_\_\_\_. **PREFÁCIO AO PODER GLOBAL**. Revista tempo do mundo | rtm | v. 2 | n. 1 | abr.2010.

\_\_\_\_\_. **Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (**Textos para Discussão CEPAL/PEA**, 42). 34p.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Prefacio do livro “**Conflicto e integración en América del Sur: Brasil, Argentina y EEUU**”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

HOBSBAWN, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas; Companhia das Letras: São Paulo, 2007.

JAGUARIBE, Hélio. **El Brasil y la América Latina**. In: **Estudios Internacionales**, Chile, Vol. 8, nº 29, enero – marzo.1975.

\_\_\_\_\_. **Brasil, mundo e homem na atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

KENNEDY, Paul. **Auge y caída de las grandes potencias**. Barcelona: De bolsillo, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Atlas S.A: São Paulo, 2003.

MALAMUD, Andrés. **Interdependência, liderança e institucionalização: o deficit triplo e as perspectivas negativas para o MERCOSUL**. In: RESENDE, Erica Simone Almeida &

MALLMANN, Maria Izabel. **MERCOSUL 21 anos, maioridade ou imaturidade**. Curitiba: Appris, 2013.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Modelos alternativos para la integración sudamericana.** In: **Integración regional en América Latina: desafíos y oportunidades.** Monografía - Red del Instituto Virtual, UNCTAD: Nova Iorque e Ginebra, 2010.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OSORIO, J. **O Estado no Centro da Mundialização:** A sociedade civil e o tema do poder. Outras Expressões: São Paulo, 2014.

OSORIO, J. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica.** In: Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (org.). **Padrão de reprodução do capital.** Boitempo Editorial: São Paulo, 2012, p. 37-86.

PADULA, Raphael. **Integração regional de infraestrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000:** uma análise político estratégica. Tese de Doutorado, COPPE-UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Geopolítica da Bacia do Pacífico e a integração regional na América do Sul.** Revista IMEA, Vol. 1, Num. 2, pp.30-47, 2013.

PARADISO, José. **“Política e Integración”.** Segundo Encuentro de Pensamiento Político: “Pensar la política, un desafío en la tarea de educar”. La Plata, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato:** política internacional. Brasília: FUNAG, 2012.

PÉREZ-OVIEDO, Wilson; CAJAS-GUIJARRO, John; VALLEJO, María Cristina. **South America: Trade and Integration in the New Global Trade Network.** In: VIVARES, E. **Regionalism, Development and the Post-Commodities Boom.** South America, International Political Economy Series. USA, PALGRAVE MACMILLAN, 2018, pp.121-147.

PREBISCH, Raúl. **“El Mercado Común Latinoamericano”.** In: GURRIERI, Adolfo. La Obra de **Prebisch en la CEPAL.** México: Fondo de Cultura Económico, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.** CEPAL: Santiago do Chile, 1949.

PUNTIGLIANO, A.R. **Geopolitics and Integration: A South American Perspective.** Em: Andres Rivarola Puntigliano and Jose Briceno-Ruiz. **Resilience of Regionalism in Latin America and the Caribbean Development and Autonomy.** International Political Economy Series, PALGRAVE MACMILLAN, 2013, UK. p. 19-52

\_\_\_\_\_; BRICEÑO-RUIZ, J (a). **Resilience of Regionalism in Latin America and the Caribbean Development and Autonomy.** International Political Economy Series, PALGRAVE MACMILLAN, 2013, UK.

\_\_\_\_\_; BRICEÑO-RUIZ, J (b). **Conclusion: About the Endurance of Latin American Regionalism .** In Andres Rivarola Puntigliano and Jose Briceno-Ruiz.

**Resilience of Regionalism in Latin America and the Caribbean Development and Autonomy.** International Political Economy Series, PALGRAVE MACMILLAN, 2013, UK. P 259 – 271.

\_\_\_\_\_. **21st century geopolitics: integration and development in the age of 'continental states'**, Territory, Politics, Governance. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/21622671.2016.1220867>>.

QUILLICONI, C; SALGADO ESPINOZA, R. **The South American Regionalisms: A Shift or the Return of Economic Integration?** International Political Economy Series. University of Massachusetts, Boston/USA, 2018.

SEVERO, L. W. **INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA DO SUL: O BRASIL E A DESCONSTRUÇÃO DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS.** Tese de doutorado - UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **Breve análise sobre as recentes travas do processo de Integração da América do Sul.** In: SARTI, Ingrid (Org.). Sul Global e Integração Regional: A política externa Brasileira (2003-2015). Editora UFRJ, 2018. No prelo.

SHANKAR JHA, P. **The Twilight of the Nation State Globalisation, Chaos and War .** Pluto Press: London , 2006.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; RNAUT, Michel. **Por que novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.

STANLEY, L. E; ALONSO, J.M.F. **The Changing Problem of Regional Development Finance in Latin America.** In: Regionalism, Development and the Post-Commodities Boom in South America, International Political Economy Series. University of Massachusetts Boston, USA, 2018 (p.101-121).

SOUZA, N.A. **Ascensão e Queda do Império Americano.** CPC-UMES/Mandacaru: 2001, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Economia Internacional Contemporânea: da Depressão de 1929 ao Colapso Financeiro de 2008.** Atlas: 2009, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **América Latina: as Ondas da Integração.** OIKOS: Rio de Janeiro, Volume 11, n. 1, 2012. págs. 90-129. <[www.revistaioikos.org](http://www.revistaioikos.org)>.

SOMBRA SARAIVA, J. F. **O Brasil e a Integração Hemisférica: vertente histórica.** In: Em Aberto: Brasília, ano 15, n.68, out. /Dez. 1995.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus.** Edusp: São Paulo, 1996.

VILLABOY, S.G. **Nueva historia mínima de América Latina: Biografía de un continente.** In: Archivo General de la Nación (Vol. CCXXV). Santo Domingo, 2015

VIVARES, E. **The IPE Puzzle of Regional Inequality, Instability, and the Global**

**Insertion of South America.** In: International Political Economy Series. University of Massachusetts Boston, USA, 2018.

XAVIER, J.F.L. **Fases de Integração e o Século XIX.** XVI Congresso Internacional Fomerco. Salvador/Bahia, 2017.

<[http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1503804282\\_ARQUIVO\\_OndasdeIntegracaoeosec.XXI.pdf](http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1503804282_ARQUIVO_OndasdeIntegracaoeosec.XXI.pdf)>.